MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CONSELHO SUPERIOR
Avenida Professor Luiz Freire, 500, Cidade Universitária – CEP: 50740-540 – Recife-PE
(81) 2125-1607/1608 – conselho.superior@reitoria.ifpe.edu.br – www.ifpe.edu.br

RESOLUÇÃO Nº 30 DE 16 DE MAIO DE 2019

Promove alterações na Resolução n° 16/2018.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno do Conselho e considerando

I - o Processo nº 23294.000327.2018-66;
II - a Resolução Consup/IFPE nº 16/2018;
III - a 2ª Reunião Ordinária de 29/4/2019,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o Projeto Pedagógico do curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), na modalidade de Educação a Distância, aprovado por meio da Resolução Consup/IFPE n° 16/2018, na forma do seu Anexo.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no sítio do IFPE na internet e/ou no Boletim de Serviços do IFPE.

ANÁLIA KEILA RODRIGUES RIBEIRO

ANEXO – RESOLUÇÃO Nº 30/2019

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Nível: Pós-Graduação *Lato Sensu*

Recife - 2018

Reitora

Anália Keila Rodrigues Ribeiro

Pró-Reitoria de Ensino

Assis Leão da Silva

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Mário Antônio Alves Monteiro

Pró-Reitoria de Extensão

Ana Patrícia Tavares Falcão

Pró-Reitoria de Administração

Dayanne Rousei Oliveira Amaral

Pró-Reitoria de Integração e Desenvolvimento Institucional

André Menezes da Silva

Diretoria de Gestão de Pessoas

Maria do Socorro Moreira de Azevedo

Diretoria de Desenvolvimento de Tecnologias

Marco Antônio Eugênio de Araújo

Diretoria de Assistência ao Estudante

Luís Lucas Dantas da Silva

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

1ª Comissão

Portaria n. 0280/2014 GR

Função	Servidor(a)	Representante
Presidente	Marcos Morais Valença	*Campus* Recife
Membro	Rosa Maria Teixeira de Vasconcelos	EAD
Membro	Ana Alice Freire Agostinho	*Campus* Recife
Membro	Josenilde Bezerra Gaspar	Proden
Membro	Maria Isailma Barros Pereira	Propesq

2ª Comissão

Portaria n. 0932/2014 GR

Função	Servidor	Representante
Presidente da Comissão	Bernardina S. Araújo de Sousa	*Campus* Belo Jardim
Membro	Anália Keila Rodrigues Ribeiro	Propesq
Membro	Edilene Gomes Guimaraes	Proden
Membro	Clécio Gomes dos Santos	*Campus* Paulista
Membro	Emely Albuquerque de Sousa	*Campus* Recife
Membro	Thiago Affonso de M. N. Viana	*Campus* Jaboatão dos Guararapes
Membro Externo	Ana Paula Furtado Soares Pontes	UFPB

3ª Comissão

Portaria n. 0581/2017 GR

Função	Servidor	Representante
Presidente da Comissão	Andreza Silva Cordeiro	*Campus* Belo Jardim
Membro	Maria Isailma Barros Pereira	Proden
Presidente da Comissão	Bernardina S. Araújo de Sousa	*Campus* Belo Jardim
Membro	Clécio Gomes dos Santos	*Campus* Vitória
Membro	Frederico Duarte de Menezes	Propesq
Membro	Rosa Maria Teixeira de Vasconcelos	EAD

EQUIPE DE APOIO NA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Função	Servidor	Representante
Técnica Administrativa	Karla Epiphania Lins de Gois	Propesq
Técnico Administrativo	Fernando Tiago Nascimento Medeiros	Reitoria do IFPE
Técnica Administrativa	Jaqueline Raquel Pimentel Silva	Propesq
Técnica Administrativa	Giana Silveira da Costa	Propesq

SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO 7
2. JUSTIFICATIVA 8
3. HISTÓRICO 12
4. OBJETIVOS 20
5. PÚBLICO 21
6. CONCEPÇÃO DO CURSO 21
7. COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA 222
8. CARGA HORÁRIA 222
9. PERÍODO E PERIODICIDADE 23
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 233
10.1 EMENTAS 288
11. CORPO DOCENTE 55
12. METODOLOGIA 555
13. CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS 57
14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES 58
15. INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA DO CURSO EM EAD 59
15.1 ORGANIZAÇÃO DO CURSO 62
15.2 REDE COMUNICACIONAL 622
15. 3 PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO 63
15.4 ACOLHIMENTO AOS ESTUDANTES 64
15.5 MANUAL DO ESTUDANTE 64
15.6 CONTRATO PEDAGÓGICO 64
15.7 SISTEMA DE TUTORIA 644
16. EQUIPE PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA DO CURSO 66
16.1 FORMAÇÃO PERMANENTE DOS PROFESSORES FORMADORES, TUTORES A DISTÂNCIA E PRESENCIAIS, EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS 66
16.2 ESTRUTURA PEDAGÓGICA 67
16.3 COLEGIADO DO CURSO 68
17. CRITÉRIO DE SELEÇÃO 69
18. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 70
18.1 PROCESSO AVALIATIVO 71
18.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM 76
18.3 MONITORAMENTO DO PERCURSO DOS ESTUDANTES 777

18.4 CRITÉRIOS DE CORREÇÃO DAS ATIVIDADES AVALIATIVAS 78
19. CONTROLE DE FREQUÊNCIA 78
20. ACESSIBILIDADE 78
21. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 79
22. CERTIFICAÇÃO 80
23. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS 80
24. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO 81
Base Legal de Apoio 81

PROPOSTA DE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1	**Denominação**	Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica do IFPE
2	**Área de Conhecimento (de acordo com a classificação da CAPES/ CNPq)**	Ciências Humanas
3	**Subárea (de acordo com a classificação da CAPES/ CNPq)**	Educação
4	**Nível**	Pós-Graduação *lato sensu*
5	**Titulação**	Especialização em Docência para a Educação Básica, Técnica e Tecnológica
6	**Modalidade**	A distância
7	**Duração da hora aula**	60 min
8	**Carga Horária Componentes Curriculares**	360h
9	**Carga Horária do TCC**	63h
10	**Carga horária total com atividade complementar**	32h
11	**Período de Integralização**	16 meses
12	**Forma de acesso**	Processo seletivo bienal via edital
13	**Pré-requisito para ingresso**	Graduação
14	**Número de vagas por polo**	50
15	**Número de vagas por biênio**	100

16	**Regime de matrícula**	Semestral
17	**Início do curso/ Matriz Curricular**	2019.2
18	**Polos**	*Campus* Recife e *Campus* Pesqueira

2. JUSTIFICATIVA

O curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica do IFPE nasceu a partir de discussões de três comissões criadas nos anos de 2014, 2015 e 2017, para atender, especificamente, à Resolução de nº 06/2012.

Este projeto foi concebido a partir de uma proposta que envolveu uma rica diversidade de saberes e experiências dos profissionais de diversas áreas do conhecimento, possibilitando um diálogo interdisciplinar, configurando-se como um trabalho coletivo, com a participação de vários professores do curso, ampliando os olhares acerca das problemáticas identificadas com intervenção fundamentada na teoria.

A matriz curricular do curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica do IFPE, elaborada por um grupo de docentes e pedagogos, apresentou características inovadoras, tanto em relação à prática pedagógica do curso quanto pelos componentes curriculares delimitados para processo formativo, sem deixar de obedecer aos pressupostos legais instituídos pelas legislações educacionais.

Dessa forma, este projeto originou-se do interesse e compromisso institucional em oportunizar a oferta de um curso voltado para a formação pedagógica dos professores, com foco na docência da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT). O processo foi deflagrado a partir da iniciativa da Pró-Reitoria de Ensino (Proden) e da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Propesq) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), sendo instituída, para esse fim, uma primeira comissão, nomeada pela portaria nº 0280/2014 GR, com o objetivo de articular estudos, discussões e proposições visando à estruturação desse curso. Porém, fez-se necessária a institucionalização de uma segunda comissão, nomeada por meio da Portaria nº 0932/2014 GR, que retomou os trabalhos a partir das discussões iniciais realizadas pelo primeiro grupo e, em seguida, fez novas frentes de estudo e de trabalho articuladas, o que resultou na primeira versão da Proposta do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica. Em 2017, uma terceira comissão (Portaria nº 0581/2017)

foi instituída para revisão final do projeto e atualização de dados, bem como para contemplar as novas demandas apontadas nas avaliações internas do IFPE e realizar as adaptações diante das determinações legais restabelecidas a partir de 2015.

Ademais, este projeto visa desenvolver um processo formativo que dê conta não apenas da exigência legal de formação pedagógica para os professores sem licenciatura, conforme é apontado no art. 40 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012[1], mas que contribua para a atualização acerca das demandas postas para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica na contemporaneidade. Para tanto, faz-se necessária uma atualização do debate pedagógico envolvendo a produção do conhecimento acerca da EPCT, assegurada pela contextualização e reflexão teórico-práticas, tomando como referências as diversas configurações de cada realidade institucional.

A necessidade da formação pedagógica dos professores sem licenciatura se reflete na sua prática e na carreira profissional, compreendendo que as competências e as habilidades pedagógicas são subsídios importantes para a melhoria da qualificação quanto ao seu fazer didático-pedagógico. Proporcionar uma formação pedagógica para dotar o professor de conhecimentos, habilidades e atitudes, a fim de formar profissionais reflexivos e investigativos, é uma questão fundamental para qualificar os processos pedagógicos no âmbito do IFPE. Assim, a formação pedagógica do professor sem a licenciatura deve se apoiar em uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir-lhes examinar suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento e suas atitudes em um processo de constante autoavaliação, orientando-lhes em seu fazer pedagógico diário.

Antes de ser submetido à instância superior do IFPE, para avaliação, com vistas a sua possível aprovação, o Projeto Pedagógico foi novamente discutido. Garantidas as discussões, a segunda comissão optou pelo redimensionamento do documento, intitulando-o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica – EPCT do IFPE. Essa fase do trabalho ocorreu no *Campus* Garanhuns.

Nesse sentido, a concepção do curso considera as diferentes dimensões da atuação docente, a saber: ensino, pesquisa, extensão e gestão técnico-pedagógica e institucional,

---

[1] Art. 40 A formação inicial para a docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos de graduação e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação. [...] I - excepcionalmente, na forma de pós-graduação *lato sensu*, de caráter pedagógico, sendo o trabalho de conclusão de curso, preferencialmente, projeto de intervenção relativa à prática docente; [...] § 3º O prazo para o cumprimento da excepcionalidade prevista nos incisos I e II do § 2º deste artigo para a formação pedagógica dos docentes em efetivo exercício da profissão, encerrar-se-á no ano de 2020.

tratados segundo uma abordagem que favoreça a ação-reflexão-ação, tomando como base os seguintes pressupostos:

a) a concepção e vivência de um currículo que integre educação, trabalho, ciência, cultura e tecnologia com vistas ao desenvolvimento integral dos sujeitos que atuam na EPCT;

b) a concepção de formação de profissionais aptos a atuar em diversos níveis e modalidades da educação profissional, científica e tecnológica, como professor, pesquisador, formador de formadores e gestor educacional de políticas para a EPCT;

c) a contribuição da pós-graduação para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos sujeitos que atuam ou venham a atuar na EPCT.

A formação dos professores sem licenciatura tomará como base os pressupostos anteriormente destacados, por meio de uma abordagem pedagógica sociointeracionista e a adoção de metodologias participativas de ensino e de avaliação que estimulem a autonomia dos cursistas, pautando-se nos seguintes princípios pedagógicos:

- indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- relação teoria/prática na perspectiva unitária;
- interdisciplinaridade;
- contextualização;
- flexibilidade curricular.

Nesse contexto, a formação dos profissionais da EPCT deverá manter como horizonte a articulação entre as perspectivas teóricas que orientarão as discussões e reflexões acerca dos princípios acima destacados e as diversas práticas pedagógicas construídas no exercício da docência.

O curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica do IFPE, vinculado à Grande Área de Ciências Humanas e à Área Educação, será desenvolvido na modalidade a distância e será voltado para os docentes sem licenciatura que atuam no IFPE, mediante a oferta de 100 (cem) vagas a cada biênio. O quantitativo de turmas será definido em função da oferta, em observância à demanda apresentada, e regulamentado por edital de seleção.

O novo marco legal, instituído pela Resolução CNE/CEB n° 6/2012, em seu inciso I[2] do art. 10, versa sobre a exigência da formação de professores da EPCT de nível médio e ainda prevê que esta seja ofertada, excepcionalmente, na forma de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Admite, pois, essa formação como equivalente às licenciaturas, sendo definido o prazo para o cumprimento de tal excepcionalidade o ano de 2020. Assim, os professores sem licenciatura que atuam em instituições de EPCT têm esse prazo para concluírem esse curso e, assim, regularizarem sua situação funcional.

Para conhecer a demanda do IFPE no tocante à formação pedagógica dos profissionais envolvidos com o ensino, realizamos um levantamento da realidade institucional, que revelou como estimativa mínima o enquadramento de 384 docentes que atendem ao perfil delineado pela Resolução CNE/CBE n°06/2012, que dispõe sobre a formação docente para Educação Profissional Técnica de nível Médio.

Diante desse panorama, verifica-se que o quantitativo de profissionais que necessitam de formação pedagógica no IFPE é bastante expressivo. Assim sendo, a oferta do curso se justifica na medida em que atende à demanda pela formação pedagógica dos profissionais que atuam na Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), considerando necessidades configuradas pelo mundo do trabalho e vida social.

Cumprindo, prioritariamente, com o atendimento aos docentes que não possuem licenciatura, o IFPE, entendendo a premente necessidade de se garantir reflexões que articulem teoria e prática no universo da docência profissional e tecnológica, oferecerá essa especialização em docência. Após o atendimento dessa demanda, a matrícula nessa pós-graduação *lato sensu* será franqueada tanto ao público externo quanto interno do IFPE, mediante edital de seleção, tornando-se, assim, um curso regular de pós-graduação em nível *lato sensu* da instituição.

Essa pós-graduação reforça o compromisso político-institucional de consolidar entendimentos e concepções sobre a docência em EPCT como sendo o resultado de um esforço coletivo que envolve todos os sujeitos responsáveis pela construção de uma concepção de Educação Profissional diferenciada.

Atendendo ao que determina a Resolução CNE/CEB n° 6/2012, esse curso deverá contemplar os professores com menos de 10 (dez) anos de exercício na Rede Federal de EPCT, haja vista ser facultada àqueles com maior tempo de serviço a via da certificação dos saberes

[2] Outras formas previstas nos Incisos II e III contemplam, respectivamente, o reconhecimento dos saberes profissionais docentes (certificação), daqueles com mais de dez anos de exercício como professores da EPCT, bem como a oferta de uma segunda licenciatura.

profissionais. A sua oferta se justifica na medida em que atende à demanda dos professores sem licenciatura (bacharéis e tecnólogos) ou, ainda, àqueles que possuem licenciaturas diferentes da aqui ofertada, contemplando, prioritariamente, os que estão com tempo de efetivo exercício docente inferior a 10 (dez) anos.

3. HISTÓRICO

O histórico do IFPE na Educação Profissional começa em 16 de fevereiro de 1910, com o início das atividades da Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco, em atendimento ao Decreto nº 7.566, do presidente Nilo Peçanha, que criou em cada uma das capitais dos estados do Brasil escolas destinadas a ministrar o ensino profissional primário e gratuito, formando operários e contramestres.

As Escolas de Aprendizes Artífices foram reformuladas em 1918, mediante o Decreto nº 13.064, de 12 de junho, conservando, contudo, o seu caráter de instituição destinada a meninos pobres e apresentando poucas modificações em relação ao projeto original. Em 1937, as Escolas de Aprendizes Artífices, pela Lei n. 378, de 13 de janeiro, passaram a ser denominadas Liceus Industriais.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942) veio para modificar completamente as antigas Escolas de Aprendizes Artífices, que passaram a oferecer ensino médio e, aos poucos, foram se configurando como instituições abertas a todas as classes sociais. A partir de 1942, o ensino industrial, abrangendo os ciclos básico e técnico, foi ampliado, passando a ser reconhecido como uma necessidade imprescindível para o próprio desenvolvimento do país.

Em 1959, a Lei n. 3.552 ofereceu estruturas mais amplas ao ensino industrial, sinalizando para uma política de valorização desse tipo de ensino. Nessa direção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e, na sequência, a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, ao focalizar a expansão e melhoria do ensino, também contribuíram para a reformulação do ensino industrial.

Durante esse longo período, a Escola de Ensino Industrial do Recife, com as denominações sucessivas de Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial de Pernambuco, Escola Técnica do Recife e Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE), serviu à região e ao país, procurando ampliar sua missão de centro de educação profissional.

Uma nova mudança de endereço aconteceu em 17 de janeiro de 1983, quando a ETFPE passou a funcionar na Avenida Professor Luís de Barros Freire, 500, no bairro do Curado, em

instalações modernas, projetadas e construídas com o esforço conjunto de seus servidores e estudantes. Nessa sede, hoje, funcionam o *Campus* Recife e a Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Em 1999, por meio do Decreto s/n de 18 de janeiro de 1999, a ETFPE foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFET-PE), ampliando seu portfólio de cursos e passando também a atuar na educação superior, com cursos de formação de tecnólogos. É nesse quadro contínuo de mudanças e transformações, fruto, portanto, de um processo histórico, que se encontra inserido o CEFET-PE, cujo futuro sempre foi determinado, em grande parte, pelos desígnios dos sistemas político e produtivo do Brasil.

A partir de 1992, o CEFET-PE expandiu seu raio de atuação com a implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs). A Portaria Ministerial nº 1.533/92, de 19 de outubro de 1992, criou a UNED Pesqueira, no Agreste Central, e a Portaria Ministerial nº 851, de 3 de setembro de 2007, criou a UNED Ipojuca, na Região Metropolitana do Recife, fronteira com a região da Mata Sul do Estado.

Finalmente, com a publicação da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi instituída a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A partir daí o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco passou a ser constituído por um total de nove *campi*, a saber: os *campi* de Belo Jardim, Barreiros e Vitória de Santo Antão (antigas Escolas Agrotécnicas Federais - EAFs); os *campi* Ipojuca e Pesqueira (antigas UNEDs do CEFET-PE); o *Campus* Recife (antiga sede do CEFET-PE); além dos *campi* Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns, que se encontram em funcionamento desde 2010.

Em dezembro de 2008, com a criação dos Institutos Federais, as Escolas Agrotécnicas Federais de Belo Jardim, Barreiros e Vitória de Santo Antão passaram a constituir o IFPE. Em 2014, houve a 3ª fase da expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. Com isso, o IFPE ganhou mais sete unidades nos municípios de Cabo de Santo Agostinho, Palmares, Jaboatão, Olinda, Paulista, Abreu e Lima e Igarassu, consolidando a presença do IFPE na Região Metropolitana do Recife.

O IFPE, tendo como referência a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96), que enuncia em seu art. 80 a inclusão da EaD, regulamentada pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, propõe-se a oferecer cursos a distância, visando, inicialmente, atender a uma demanda reprimida e crescente que não tem acesso a cursos presenciais pelos motivos clássicos: estudantes que não puderam ter acesso ao ensino; instituições de educação em quantidade insuficiente para atendimento da demanda; estudantes

que têm de conciliar trabalho e estudo; questões relativas às dificuldades de deslocamento (acessibilidade); tempo; dentre outras razões que justificam a implementação de cursos na modalidade a distância.

A expansão do IFPE impõe a necessidade de uma reconfiguração político-institucional para fazer face às demandas postas pelas mudanças nas relações do mundo do trabalho e na vida social. A exemplo disso, destaca-se a educação a distância do IFPE, que alcança, atualmente dois estados da região Nordeste: Pernambuco e Alagoas. Os polos se situam em: Águas Belas, Carpina, Limoeiro, Palmares, Pesqueira, Santa Cruz do Capibaribe, Sertânia e Surubim, em Pernambuco, e Santana do Ipanema, em Alagoas. Por meio da Rede e-Tec Brasil[3], a instituição possui polos nos municípios de Recife e Jaboatão dos Guararapes e pelo Sistema UAB.

A EaD do IFPE é dotada de modernas tecnologias, ocupando-se da produção e adaptação de materiais didáticos, nas mais variadas mídias, e capacitação de educadores e profissionais da região. Desse modo, a Instituição reúne as condições necessárias, em termos de qualificação de seus profissionais, bem como de estrutura física e tecnológica que a credenciam à oferta de curso pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, na modalidade a distância.

O IFPE tem como visão ser uma instituição de referência nacional em formação profissional que promove educação, ciência e tecnologia de forma sustentável e sempre em benefício da sociedade (INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO / PDI, (2014-2018), p. 29). Observadas as finalidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o IFPE atua na oferta de educação profissional técnica de nível médio, nas formas integrado e subsequente, e na modalidade Proeja; e educação superior, com cursos de licenciatura, bacharelados e tecnólogos, cursos de pós-graduação *lato sensu* e curso de pós-graduação *stricto senso*.

Quadro 1. Cursos de Pós-Graduação do IFPE, por *campus* e modalidade, em 2019.

PÓS-GRADUAÇÕES - *LATO SENSU E STRICTO SENSU*		
CURSOS	**CAMPI**	**RESPONSÁVEIS**

[3] A Rede e-Tec Brasil visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* PROFISSIONAL - Em Gestão Ambiental	*Campus* Recife	Profª Renata Caminha
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU PROFISSIONAL – Em Educação Profissional e Tecnológica	*Campus* Olinda	Profº José Davsson
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* – Em Gestão e Qualidade de Tecnologia da Informação e Comunicação	*Campus* Jaboatão dos Guararapes	Profº Roberto Alencar
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* – Em Desenvolvimento, Inovação e Tecnologias Emergentes	*Campus* Jaboatão dos Guararapes	Profº Roberto Alencar
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* - Em Inovação e Desenvolvimento de Software para Web e Dispositivos Móveis	*Campus* Garanhuns	Profº Leonardo Silva
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* – Em Linguagem e Práticas Sociais	*Campus* Garanhuns	Profº Valfrido Nunes
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* – Em Engenharia de Segurança do Trabalho	*Campus* Caruaru	Profº Gustavo Peplau
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* – Em Gestão Estratégica em Logística	*Campus* Cabo	Profª Mariana Melo
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* – Em Matemática	*Campus* Barreiros	Profº Raul Campos
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU (modalidade a distância)* – Em Ensino da Matemática para o Ensino Médio	EaD	Selecionado mediante Oferta
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU (modalidade a distância)* – Em Gestão Pública	EaD	Selecionado mediante Oferta

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* *(modalidade a distância)* – Em Ensino de Ciências	EaD	Selecionado mediante Oferta

Quadro 2. Cursos de Graduação do IFPE, por *Campus* e modalidade, em 2019.

Cursos ofertados	***Campi***
Bacharelado: Bacharelado em Engenharia Civil. Bacharelado em Engenharia Mecânica. **Cursos Superiores de Tecnologia:** Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Tecnologia em Design Gráfico. Tecnologia em Gestão Ambiental. Tecnologia em Gestão de Turismo. Tecnologia em Radiologia. **Licenciaturas:** Licenciatura em Geografia.	*Campus* Recife
Bacharelado: Bacharelado em Engenharia Elétrica. Bacharelado em Enfermagem. **Licenciaturas**: Licenciatura em Física Licenciatura em Matemática	*Campus* Pesqueira
Licenciaturas: Licenciatura em Química	*Campus* Ipojuca
Bacharelado: Bacharelado em Engenharia Mecânica	*Campus* Caruaru
Licenciaturas: Licenciatura em Química **Cursos Superiores de Tecnologia:** Tecnologia em Agroecologia	*Campus* Barreiros
Licenciaturas: Licenciatura em Música	*Campus* Belo Jardim
Bacharelado: Bacharelado em Agronomia **Licenciaturas**: Licenciatura em Química	*Campus* Vitória de Santo Antão

Bacharelado: Bacharelado em Engenharia Elétrica Bacharelado em Enfermagem **Licenciaturas:** Licenciatura em Matemática Licenciatura em Física	*Campus* Pesqueira

Quadro 3. Cursos de graduação a distância do IFPE, por *campus* virtual/polo, em 2019.

Cursos ofertados	***Campus* Virtual/Polo**[4]
Licenciaturas: Licenciatura em Matemática	Polos em Pernambuco: Águas Belas, Limoeiro, Palmares, Santa Cruz do Capibaribe, Sertânia Polo em Alagoas: Santana do Ipanema.
Licenciaturas: Licenciatura em Geografia **Cursos Superiores de Tecnologia:** Tecnologia em Gestão Ambiental	Polos em Pernambuco: Águas Belas, Carpina, Limoeiro, Palmares, Santa Cruz do Capibaribe, Sertânia. Polo em Alagoas: Santana do Ipanema Polos em Pernambuco: Limoeiro, Pesqueira e Surubim.

Dentre os cursos superiores elencados, presenciais e a distância, destacamos que todos foram reconhecidos pelo INEP/MEC com resultados bastante satisfatórios, expressos por meio das notas 3 e 4, resultados indicativos de desempenhos satisfatório e ótimo, respectivamente. Em relação ao Recredenciamento da EaD do IFPE junto ao INEP/MEC, realizado no período entre 19 de junho de 2016 e 23 de junho de 2016, obtivemos nota 4, numa escala de 1 a 5, o que caracteriza um resultado ótimo perante os critérios estabelecidos para essa avaliação. E no que diz respeito à avaliação institucional do IFPE, realizada no período entre os dias 15 e 17 de março de 2017, foi obtida a nota 4, numa escala de 1 a 5, classificando o IFPE como uma instituição com conceito ótimo perante os critérios avaliativos do INEP/MEC.

[4] Os cursos presenciais são oferecidos em diversos *Campi*; os na modalidade à distância, *Campi* virtuais/polos.

Os conceitos alcançados repercutem positivamente na comunidade acadêmica e nos espaços de inserção social do Instituto. A tradição dessa instituição pernambucana na oferta de educação de qualidade em seus diversos níveis e modalidades a credencia a investir na formação inicial e continuada de professores.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei n. 11.892/2008, surgem como modelo institucional inovador, assumindo o protagonismo na expansão das políticas educacionais federais com foco no ensino, em seus diversos níveis e modalidades, inclusive na formação de professores para as redes públicas de educação básica, por meio das licenciaturas e cursos de pós-graduação; além da pesquisa aplicada, inovação e extensão.

Esse novo desenho institucional vem possibilitando uma diversificação na oferta de cursos e serviços, de forma a atender às demandas do mundo do trabalho e da vida social, respeitando as tendências e vocações apontadas pelos perfis microrregionais, com vistas a contribuir para o desenvolvimento local e regional.

É importante ressaltar que a criação do IFPE se deu no contexto das políticas nacionais de expansão da Educação Profissional e Tecnológica implementada pelo Governo Federal a partir da primeira década deste século. A legislação que criou os Institutos Federais de Educação definiu uma nova institucionalidade e ampliou significativamente as finalidades e características, objetivos e estrutura organizacional dessas instituições. Em relação às finalidades e características é importante observar o disposto no art. 6° da Lei n. 11.892/2008:

- ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das

potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Cumprindo as finalidades estabelecidas pela política pública que instituiu a Rede Federal de Educação Tecnológica e Profissional, o IFPE assumiu sua função social com a missão institucional de:

- promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base na indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade (PDI, 2014)[5].

Como é possível observar, o IFPE tem por objetivo fundamental contribuir com o desenvolvimento educacional e socioeconômico do conjunto dos municípios pernambucanos, onde está difundindo o conhecimento a um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa e da democratização do conhecimento. Sua missão é promover a educação profissional, cientifica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Ainda, nessa perspectiva, o IFPE pretende ofertar o curso de pós-graduação *lato sensu*, ao qual este projeto se refere.

---

[5] Incorporado ao Projeto Político Pedagógico (PPPI) do IFPE como função social.

Nesses termos, o IFPE se coloca como um instrumento do Governo Federal que tem por função social promover uma educação pública de qualidade, gratuita e transformadora, que atenda às demandas sociais e que impulsione o desenvolvimento socioeconômico da região, considerando a formação para o trabalho a partir de uma relação sustentável com o meio ambiente (PPPI, 2012). Para tanto, deve proporcionar condições igualitárias de êxito a todos os cidadãos que constituem a comunidade do IFPE, visando à inserção qualitativa no mundo socioambiental e profissional, fundamentado em valores que respeitem a formação, a ética, a diversidade, a dignidade humana e a cultura de paz.

4. OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Propiciar a formação pedagógica de profissionais em nível de pós-graduação *lato sensu* para atuar na EPCT, por meio do ensino, da extensão tecnológica, da pesquisa aplicada e da gestão técnico-pedagógica e institucional, contemplando o caráter dialético da relação ação-reflexão-ação inerente aos processos formativos.

Objetivos específicos

- Contextualizar o lugar da docência na educação profissional, possibilitando a percepção das identidades docentes, conhecendo a historicidade, estrutura e funcionamento da Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil;
- Identificar princípios, métodos e ferramentas que possibilitem o desenvolvimento de estratégias de planejamento, intervenção pedagógica e avaliação na EPCT;
- Compreender as políticas públicas de EPCT, contemplando concepções democráticas, participativas e socialmente responsáveis de gestão da EPCT voltadas para as práticas curriculares integradoras;
- Pautar a formação docente em EPCT na perspectiva de uma educação inclusiva que respeite a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, direcionadas à EPCT, com vistas à qualificação das práticas pedagógicas nas instituições de educação profissional;

- Desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes e valores pertinentes às atividades da docência, da intervenção técnico-pedagógica, da extensão tecnológica, da pesquisa aplicada e da gestão na EPCT;
- Propor estratégias e tecnologias inovadoras no ensino da EPCT;
- Estimular a investigação de experiências pedagógicas desenvolvidas na EPCT, no âmbito da docência e do assessoramento pedagógico;
- Refletir sobre a reforma recente que reestruturou as Políticas na EPCT frente às novas demandas sociais e do mundo do trabalho, em observância à relação teoria/prática na perspectiva unitária;
- Primar por uma perspectiva de formação alinhada aos princípios de natureza filosófica, pedagógica e epistêmica que balizam a EPCT no Brasil.

5. PÚBLICO

O referido curso se destina aos docentes do IFPE, vinculados à carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, portadores de diplomas de curso de graduação (bacharelado ou superior de Tecnologia) atendendo aos que se encontram em efetivo exercício da docência na EPCT, no IFPE, por período igual ou inferior a 10 anos. Atendendo-se aos requisitos estabelecidos neste documento, o processo seletivo e o ingresso no curso serão regulamentados em editais próprios, guardando-se observância ao que regulamenta a legislação própria.

6. CONCEPÇÃO DO CURSO

O curso de especialização em EPCT surgiu da necessidade de atender ao inciso I[6], art. 10, da Resolução CNE/CEB n° 6/2012, que trata de uma das formas de atendimento à exigência da formação de professores da EPCT de nível médio e prevê que esta se dê, excepcionalmente, na forma de cursos de pós-graduação *lato sensu* destinados à formação pedagógica desses professores, sendo definido o prazo para o cumprimento de tal excepcionalidade o ano de 2020. Assim, os professores sem licenciatura que atuam em instituições de EPCT têm esse prazo para concluírem esse curso e, com isso, regularizarem sua situação funcional.

[6] Outras formas previstas nos incisos II e III contemplam, respectivamente, o reconhecimento dos saberes profissionais docentes (certificação), daqueles com mais de dez anos de exercício como professores da EPCT, bem como a oferta de uma segunda licenciatura.

Essa formação em pós-graduação *lato sensu* foi forjada a partir da parceria entre a Propesq e o setor de Educação a Distância. bem como pelo esforço e aprofundamento teórico-prático das três comissões formadas para o planejamento e concepção político-pedagógica do curso. Como resultado desse trabalho em equipe, nasceu este projeto, com características de uma tríplice intencionalidade: proposta pedagógica sociointeracionista; proposta filosófico-dialética e cosmovisão igualitária, objetivando a superação da dicotomia entre educação e trabalho e uma formação omnilateral do trabalho docente.

O curso utilizará a infraestrutura da educação a distância, com polos na região metropolitana e no interior do estado que apresentaram maior demanda de formação docente nessa área pedagógica, e a pesquisa sobre polos de interesse. Conforme levantamento de dados da Propesq, em termos de localização, os polos de preferência foram os *campi* Recife e Pesqueira.

Essa especialização contará, ainda, com uma equipe constituída de mestres e doutores nas ciências humanas e suas tecnologias, com experiência prática em EPCT, para operacionalizar um projeto curricular que integra os fundamentos teórico-metodológicos ao contexto da realidade docente no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

7. COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

O curso será coordenado por professor ou professora, servidor ou servidora do IFPE, convidado ou devidamente selecionado que contemple os requisitos para constituição do corpo docente e apresente experiência na área em questão. A coordenação acompanhará os docentes e tutores na articulação dos componentes curriculares, estrutura e funcionamento da plataforma Moodle, com o apoio da equipe multidisciplinar da DEaD. Os professores e a coordenação terão encontros quinzenais para discutir o processo de ensino e de aprendizagem, bem como para atender às necessidades demandadas pelos cursistas.

8. CARGA HORÁRIA

CH TOTAL de Componentes Curriculares	360H
Atividades Complementares	32H

TCC	63H
CH Total (incluindo TCC e Atividades complementares)	455 H

9. PERÍODO E PERIODICIDADE

O curso de Especialização em Docência para EPCT terá duração de 16 meses, contemplando a apresentação e Trabalho de Conclusão do Curso, cuja defesa poderá ser prorrogada por mais seis meses. O início do curso está previsto para 2019 e será ofertado sob demanda para atendimento ao §2°, do Art. 40, da resolução CEB/CNE n°6/2012. O curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica do IFPE, vinculado à Grande Área de Ciências Humanas e à Área Educação, será desenvolvido na modalidade a distância e ofertado para os docentes do IFPE ainda não licenciados, mediante a oferta de 100 vagas, distribuídas por 2 turmas de 50 alunos, a cada ciclo formativo. Após o atendimento dessa demanda, automaticamente encerra-se a oferta de vagas para o referido curso de especialização

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular atenderá à estruturação formada por três núcleos de estudos integradores, favorecendo a permanente articulação entre os diversos campos do saber, a partir de eixos que inter-relacionam os componentes curriculares. Os Componentes Curriculares são estruturados de modo a facilitar o diálogo constante entre teoria e prática. O planejamento e a avaliação serão construídos e operacionalizados pelo conjunto de professores que ministraram as disciplinas elencadas em cada núcleo. O arranjo curricular proposto neste projeto atende ao seguinte desenho curricular:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL
Pernambuco

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – 2017

SEMANAS LETIVAS: 62 SEMANAS

MODALIDADE A DISTÂNCIA

HORAS-AULA: 60min

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n. 9394/96; Resolução MEC/CNE/CES nº 01, de 08 de julho de 2007; Resolução CNE nº06/2012.

Componente Curricular			**CH**	**CH semanal**	**Qtde. de Semanas/ Dias**	**Qtde. de Meses**
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES I Formação Geral: princípios e fundamentos educativos	**Módulo I**	Trabalho e Educação	21	-	3 semanas	-
		História da EPCT	21	-	3 semanas	-
		Avaliação Integradora	*3h*		*1 dia*	
	Módulo II	Política da EPCT	21	-	3 semanas	-
		Gestão da EPCT	21	-	2 semanas	-
		Propostas Curriculares para EPCT	21	-	3 semanas	-
		Avaliação Integradora	*3h*		*1 dia*	

	Módulo III	Metodologia de Pesquisa em EPCT	21	-	3 semanas	-
		Avaliação Integradora	*3h*	-	1 dia	-
	CH disciplinas		**135h**			
	Seminário I (atividade complementar)		**4h**			
	Gestão, implementação e acompanhamento de Projeto de TCC I		**21h**	-		-
	Carga horária total do Núcleo I		**160h**	**7h p/semana**	**23 semanas 138DL**	**5 meses e 3semanas**
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES II Formação Didático-pedagógica	**Módulo IV**	Didática para EPCT	28	-	3 semanas	
		Avaliação da Aprendizagem	21	-	3 semanas	
		Avaliação Integradora	*3h*		*1 dia*	
	Módulo V	Propostas metodológicas para EPCT	21	-	3 semanas	
		NTICs[7] aplicadas à Educação	21	-	3 semanas	
		Avaliação Integradora	*3h*		*1 dia*	
		Produção científica e tecnológica I: inovação	21	-	3 semanas	

[7] NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) refere-se ao componente curricular que trata das tecnologias educacionais e asssistivas, bem como dos materiais tecnológicos no ensino da Educação Profissional Científica e tecnológica.

	Módulo VI	e propriedade intelectual				
		Avaliação Integradora	*3h*		*1 dia*	
	Carga horária das disciplinas		**121h**			
	Gestão, implementação e acompanhamento de Projeto de TCC II		**21**			
	Seminário II (atividade complementar)		**12h**			
	Carga horária total do Núcleo II		**154h horas**	**7 horas por semana**	**22 Semanas = 126 DL**	**5 meses e duas semanas**
	Módulo VII	Produção científica e tecnológica II: desenvolvimento e transferência de tecnologias sociais	28	-	3 semanas	
		Produção do Conhecimento científico e tecnológico na EPCT	28	-	3 semanas	-
		Avaliação Integradora	*3h*		*1 dia*	

	Módulo VIII	Procedimentos e técnicas de análise da pesquisa em educação	42h	-	6 semanas	-
		Avaliação Integradora	*3h*		*1 dia*	
	CH das disciplinas		**104h**			
	Gestão, implementação e acompanhamento de Projeto de TCC III		**21h**			
	Seminário III (atividade complementar)		**16h**	-	2 dias	-
	Carga horária total do Núcleo III		**141h**	**7 horas p/semana**	**21 semanas** **Semanas = 126 DL**	**5 meses e 1 semana**
CARGA-HORÁRIA TOTAL DAS DISCIPLINAS			**360 horas**			
CARGA HORÁRIA TOTAL (INCLUINDO TCC e Atividades Complementares)			**455h**	**7 horas p/semana**	**65 semanas**	**16 meses e uma semana**

O primeiro núcleo de estudos se refere aos fundamentos da Educação Profissional, Científica e Tecnológica e objetiva desenvolver com os cursistas um aporte teórico que respalde uma prática educativa politizada, reflexiva e ética. O Núcleo de Estudos I ainda proporcionará os estudos dos princípios da docência em EPCT a partir de levantamento bibliográfico, leitura, debates, fichamentos e resenhas críticas, que servirão de referencial teórico no desenvolvimento da pesquisa-ação a ser realizada por cada participante durante seu percurso formativo nessa pós-graduação *lato sensu.* Esse núcleo será ministrado a partir de 3 módulos, que se articulam em torno dos fundamentos da educação profissional e propiciam a discussão em torno do trabalho como princípio educativo. Ainda nesse núcleo, o cursista, ao estudar o viés do trabalho docente articulado à pesquisa, poderá desenvolver o escopo da sua pesquisa-ação e escolher o

locus em que seu projeto-piloto ou intervenção será aplicado. Acreditamos que as discussões aqui fomentadas e a sistematização de um escopo da própria pesquisa-ação por cada participante norteará de forma significativa a atuação dos cursistas durante seu processo formativo e possibilitará uma reflexão constante do seu papel de professor no cotidiano da Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

No que diz respeito ao Núcleo II, que tratará da formação estritamente didática, será proporcionado ao cursista experimentar métodos no seu cotidiano, refletindo com seus pares de estudo e trabalho sobre estratégias e técnicas de ensino. Será possível desenvolver uma aprendizagem colaborativa e cooperativa no ambiente virtual, por meio do diálogo e trocas pedagógicas entre cursista-cursista, docente-cursista, tutor-cursista e orientador de TCC-cursista. Nesse núcleo, também, os participantes estarão realizando a parte de intervenção da pesquisa-ação, que poderá ser realizada: em sua própria sala de aula, ao ministrar uma disciplina; em um projeto de extensão do qual é coordenador ou membro integrante; em atividades pedagógico-curriculares; em um grupo de estudo e pesquisa do qual faz parte; em práticas de política e gestão educacional; ou em outro ambiente educativo e/ou cultural que proporcione a reflexão dos saberes docentes, das metodologias de ensino ou das práticas pedagógicas. Entendendo, aqui, o pedagógico de forma ampla: referente às ações educativas no âmbito da gestão educacional, da política educacional, do ensino, da extensão e da pesquisa em educação. Ao final desse núcleo, o participante terá que defender seu projeto para uma pré-banca avaliativa, que qualificará seu trabalho.

Já no Núcleo III, será oportunizada a reflexão sobre as intervenções que foram desenvolvidas no núcleo anterior, tratando as informações cientificamente e analisando os dados coletados durante o processo de investigação e experimentação no campo de atuação da pesquisa de cada cursista. Com o término do Núcleo, os cursistas defenderão o Trabalho de Conclusão de Curso, que foi elaborado desde o início do processo formativo até o momento da culminância na apresentação para a avaliação de uma banca composta por três professores, incluindo o orientador.

10.1 EMENTAS

Componente curricular: Trabalho e Educação
Carga horária: 21h

Ementa: Concepção de trabalho, relação trabalho-educação, evolução histórica do trabalho, trabalho no contexto contemporâneo e trabalho como princípio educativo.

Referências Básicas:

CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**, p. 408-415, 2009.

_____. Precarização do trabalho: a funcionalidade da educação profissional. **Revista Diálogo Educacional**, v. 15, n. 44, 2015

DE OLIVEIRA, Ramon. A divisão de tarefas na educação profissional brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, n. 112, p. 185-203, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez: Autores Associados**, p. 13-26, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio et al. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz**, p. 233-263, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional. São Paulo: CUT**, v. 1, p. 63-73, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado. **Trabalho**, v. 1, n. 1, p. 45-60, 2003.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. **Capitalismo, trabalho e educação**, v. 3, p. 77-96, 2002.

KUENZER, Acacia Zeneida. Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. **Boletim técnico do SENAC, Rio de Janeiro**, v. 29, n. 1, p. 17-27, 2003

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, v. 2, 2007.

NOSELLA, Paolo et al. Trabalho e educação. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**, p. 27-42, 1989.

Referências Complementares:

ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria A.M (Orgs.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p.13-28.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. Cortez Editora, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes,1998. p.76-99.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes,1998. p.76-99.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. Universale economica, 1950.

KUENZER, Acacia. **Educação e trabalho no Brasil**: o estado da questão. Brasília: INEP, Santiago, SEDUC, 1991.

PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. Expressão Popular, 2006.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política Livro 1 – o processo de produção do capital. Vol 1. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 1989.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Cortez, 2004.

Componente curricular: História da EPCT

Carga horária: 21h

Ementa: Aspectos históricos, legais e organizacionais da educação profissional brasileira. A nova institucionalidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Referências Básicas:

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem. **Boletim Técnico do Senac**, v. 38, n. 2, p. 27-40, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF, FLACSO, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & sociedade**, v. 24, n. 82, 2003.

KUNZE, Nádia Cuiabano. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. **Revista brasileira da educação profissional e tecnológica**, v. 2, n. 2, p. 8-24, 2015

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

NOSELLA, Paolo. A modernização da produção e da escola no Brasil–O estigma da relação escravocrata. **Cadernos ANPEd**, n. 5, 1993.

OLIVEIRA, Ramon de. Empresariado industrial e a educação profissional brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 2, 2003.

Referências Complementares:

CUNHA, Luiz Antonio. **Política educacional no Brasil**: a profissionalização no ensino médio. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1977.

KUENZER, Acácia. **A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências**. São Paulo: Xamã, 1999.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. Cortez, 1997.

MANACORDA, Mario Alighiero; NOSELLA, Paolo; DOS ANJOS OLIVEIRA, Rosa. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. Cortez, 2002.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da História**. Paco Editorial, 2017.

Componente curricular: Políticas da EPCT

Carga horária: 21h

Ementa

Reformas recentes na EPCT: LDB e regulamentações posteriores, educação profissional em seus diferentes níveis e modalidades, organização da EPCT, programas e projetos da EPCT. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Referências Básicas

ARANHA, Antônio V.; CUNHA, Dayse M. e LAUDARES, João Bosco. (Orgs.). **Diálogos sobre trabalho**: perspectivas multidisciplinares. Campinas, SP: Papirus, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____. **Lei n. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

_____. **Lei n. 11.741**, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 11/2012**, aprovado em 9 de maio de 2012. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnica de Nível Médio.

_____. **Resolução nº 6**, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnica de Nível Médio.

FERRETI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita.(Orgs.) **Trabalho,**
formação e currículo: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.

OLIVEIRA, Ramon. (Org.) **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional**: Políticas Públicas Em Debate.Campinas:Papirus:2012.

_____. **Empresariado industrial e a educação brasileira**: qualificar para competir? São Paulo: Cortez, 2005.

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. MEC, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.
Brasília: MEC, 2008, v.1. n.1, (jun.2008).

_____. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica** v. 2, n. 2, (nov. 2009). Brasília: MEC, SETEC, 2009.

MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília MEC/SETEC, 2010.

Referências Complementares

BRASIL. **Decreto nº 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2 º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

FERRETI, Celso et al.(Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate interdisciplinar. Petrópolis,RJ: Vozes, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. (Orgs.). **Ensino Médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005

OLIVEIRA, Ramon. **A (des)qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003.

RAMOS, Marise. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

Componente curricular: Gestão da EPCT
Carga horária: 14h
Ementa Concepção e fundamentos de gestão. Especificidade da gestão educacional, considerando as dimensões humana, político-pedagógica e técnica da EPCT. Gestão democrática na EPCT. A aprendizagem organizacional, a liderança e o trabalho em equipe. A missão institucional e o PDI. Ferramentas de gestão na EPCT. Gestão educacional: interfaces entre planejamento institucional e educacional (do macro ao micro). Fluxos e processos de trabalho.
Referências Básicas BELLOTO, Aneridis Aparecida Monteiro (Orf). Interfaces da Gestão Escolar. Campinas: Alínea, 1999. BRASIL, Ministério da Educação. Prêmio inovação em gestão educacional 2006: experiências selecionadas. Brasília: Ministério da Educação, 2007. HORA, Dinair Leal da. Gestão Democrática na Escola: artes e ofícios da participação coletiva. Campinas: Papirus, 1994. LUCK, Heloísa. A Gestão Participativa na Escola. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. _____. Concepções e processos democráticos de Gestão Educacional. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2011
Referências Complementares FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (org). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008. LEITÃO, Sérgio Proença. O Poder no Contexto da Decisão Organizacional. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, 30 (2), p. 137-151, 1996.

RAMOS, A. G. A Nova Ciência das Organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

SANTOS, Pablo S. M. Bispo dos. Guia prático da política educacional no Brasil. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVEIRA JÚNIOR, Aldery & VIVACQUA, Guilherme A. Planejamento Estratégico como Instrumento de Mudança Organizacional. Brasília: Editora da UNB, 1996.

VASCONCELLOS, Celso S. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula, 6 ed. São Paulo: Libertad, 2006.

Componente curricular: Propostas Curriculares para EPCT

Carga horária: 21h

Ementa

Concepções e teorias de currículo. Sujeitos da EPCT e suas diversidades. Integração e articulação nos currículos de EPCT. Planejamento, desenvolvimento e avaliação de currículos na educação profissional. Formas de organização do currículo. Análise de experiências curriculares. Itinerários formativos. Reconhecimento de saberes e certificação profissional. A carreira do professor EBTT no contexto de reconhecimento de saberes e competências

Referências Básicas

APPLE, M. Política cultural e educação. São Paulo: Cortez, 2000.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. São Paulo, Artmed, 1998.

LOPES, Alice C. A. **Políticas de integração curricular**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

LOPES, Alice e MACEDO, Elizabeth. (Orgs.) **Disciplinas e integração curricular**: histórias e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Conhecimento escolar**: ciência e cotidiano. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
LOPES, Alice e MACEDO, Elizabeth. (Orgs.) **Disciplinas e integração curricular**: histórias e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa e CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

FAZENDA, Ivani. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro**. São Paulo,Edições Loyola, 1993.

OLIVEIRA, Ramon. (Org.) **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional**: Políticas Públicas Em Debate.Campinas:Papirus:2012.

GIMENO SACRISTÁN, J. **Currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GOODSON, I. **Currículo**: Teoria e história. Rio de Janeiro: Vozes. 2003.

HERNANDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho – o conhecimento é um caleidoscópio. POA, Artmed, 1996.

SILVA, Tomás Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Referências Complementares

BOURDIEU, P. O poder simbólico. 4ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa- Campinas, SP: Papirus, 2012.

RAMOS, Marise. A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação? –São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Janssen Felipe da, HOFFMAN, Jussara, ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). Práticas Avaliativas e Aprendizagens Significativas em diferentes áreas do Currículo- Porto Alegre: Mediação, 2003.

BRASIL. **Lei n. 12.772**, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei n. 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal.

Componente curricular: Metodologia da Pesquisa em EPCT

Carga horária: 21

Ementa

1. Fundamentos da Metodologia Científica. 2. A Comunicação Científica. 3. Métodos e técnicas de pesquisa. 4. A comunicação entre orientados/orientadores. 5. Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos. 6. O pré-projeto de pesquisa. 7. O Projeto de Pesquisa. 8. O Experimento. 9. A organização de texto científico (Normas ABNT).

Referências Básicas

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1991.

MINAYO, Cecília de Souza. Pesquisa Social. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

Referências Complementares

ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras**: coesão e coerência. 1ª ed. São Paulo, SP: Parábola, 2005.

AQUINO, Italo De Souza. **Como Escrever Artigos Científicos:** sem arrodeio e sem medo da ABNT. 8ª ed. São Paulo, SP: Saraiva Editora, 2012.

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Metodologia da Pesquisa Conceitos e Técnicas**. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Interciência, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SERRANO, Francisco Perujo. **Pesquisar no Labirinto:** a tese, um desafio possível. São Paulo, SP: Parábola, 2011.

Componente curricular: Gestão e Implementação e Acompanhamento de Projeto de TCC 1

Carga horária: 21h

Ementa

Metodologia da Pesquisa-ação; Diagnose de Campo; Levantamento de problemas; Pergunta de pesquisa; Objetivo de pesquisa; Revisão de Literatura; Plano de Intervenção.

Referências Básicas

DIONNE, Hugues. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local.** Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 2011.

THIOLLENT, Michel (org). **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche.** São Carlos: EDUFSCar, 2006.

Referências Complementares

BARBIER. Jean-Marie. Elaboração de Projectos de Acção e Planificação. Porto: Porto Editora, 1996.

BOUTINET, Jean-Pierre. Antropologia do Projecto. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

BRAND, Jaime Pereña. **Direcção e Gestão de Projectos.** Lisboa: Lidel, 1992.
Projeto Educativo

OLIVEIRA, Maria Marli de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Metodologia da Pesquisa:** conceitos e técnicas. Rio de Janeiro: Ed. Interciência, 2001.

Componente curricular: Didática para EPCT

Carga horária: 21

Ementa

Princípios pedagógicos da EPCT, sujeitos da EPCT e suas diversidades, organização da prática pedagógica, concepções, teorias e tendências pedagógicas, metodologias de ensino na EPCT.

Referências Básicas

FAZENDA, Ivani (Org.). O que é Interdisciplinaridade?- São Paulo: Cortez, 3013.

_____. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro**. São Paulo, Edições Loyola, 1993.

FARIAS, Isabel Maria S. de. **Inovação, mudança e cultura docente**. Brasília: Liber Livro, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 17ª edição. São Paulo, Paz e Terra: 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Orgs.) **Ensino Médio**: ciência, trabalho e cultura. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. (Orgs.). **Ensino Médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

HERNANDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho** – o conhecimento é um caleidoscópio. POA, Artmed, 1996.

LOPES, Alice e MACEDO, Elizabeth. (Orgs.) **Disciplinas e integração curricular**: histórias e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.Secretaria de Educação Básica/MEC. **Ensino Médio integrado à educação profissional**: integrar para quê? Secretaria de Educação Básica, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

SILVA, Janssen Felipe da, HOFFMAN, Jussara, ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). **Práticas Avaliativas e Aprendizagens Significativas em diferentes áreas do Currículo-** Porto Alegre: Mediação, 2003.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. São Paulo, Artmed, 1998.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.) **Técnicas de ensino: por que não?** Campinas, SP: Papirus, 2003.

(Org.) **Didática**: o ensino e suas relações. Campinas, SP: Papirus, 1996.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p.27-52.

Referências Complementares

CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática.** Petrópolis: Vozes, 1996.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Interdisciplinaridade:** história, teoria e pesquisa-Campinas, SP: Papirus, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola:** reelaborando conceitos e recriando a prática, Malabares Comunicação e Eventos, Salvados/BA, 2005, 2 ed (revista).

PIMENTA, Selma Garrido; CAMPOS, Edson Nascimento (Coord). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, 2008.

TARDIF, Maurice. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento:** Projeto Ensino-aprendizagem e Projeto político-pedagógico. 16 ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p.27-52.

Componente curricular: Avaliação da aprendizagem

Carga horária: 21

Ementa

Concepções e princípios da avaliação educacional (institucional e da aprendizagem). Relação entre proposta pedagógica institucional, planejamento educacional e avaliação da aprendizagem. Finalidades e tipos de avaliação da aprendizagem. Organização do trabalho pedagógico e avaliação da aprendizagem. Procedimentos e instrumentos de avaliação da aprendizagem.

Referências Básicas

ARREDONDO, Santiago C; DIAGO, Jesús Cabrerizo. Trad. Sandra Martha Dolinsky. **Avaliação Educacional e Promoção Escolar.** Curitiba: IBPREX; São Paulo: UNESP, 2009.

CHARLES, Hadji. Avaliação Desmistificada.- Porto Alegre: Artemed, Editora 2001.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação Mediadora:** uma prática em construção da pré-escola à Universidade. Porto Alegre, RS: Editora Mediação, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática, Malabares Comunicação e Eventos, Salvador/BA, 2005, 2 ed (revista).

MELCHIOR, Maria Celina. Da avaliação dos saberes a construção de competências. Porto Alegre: PREMIER. Ed. 2003.

PERRENOUD, Philippe. Avalição: da excelência à regulação da aprendizagem- Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

PIMENTA, Selma Garrido; CAMPOS, Edson Nascimento (Coord). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Janssen Felipe da, HOFFMAN, Jussara, ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). Práticas Avaliativas e Aprendizagens Significativas em diferentes áreas do Currículo- Porto Alegre: Mediação, 2003.

Referências Complementares

SILVA, Janssen Felipe da. Avaliação Formativa Reguladora: intencionalidade, características e princípios

HERNANDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho – o conhecimento é um caleidoscópio. POA, Artmed, 1996

HOFFMAN, Jussara. **Avaliar para Promover,** as setas do caminho- Porto Alegre: Mediação 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática – Série Formação de Professores. Ed. Cortez, 1994

TARDIF, Maurice. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: Projeto Ensino-aprendizagem e Projeto político-pedagógico. 16 ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

Componente curricular: Propostas Metodológicas para EPCT

Carga horária: 21h

Ementa Concepções de educação e redimensionamento do espaço escolar no processo de transposição didática através estratégias de ensino diversificadas. A aprendizagem colaborativa no uso de tecnologias. Pedagogia de Projetos. Projetos Interdisciplinares e Transdisciplinares. Recursos e materiais tecnológicos como mediadores pedagógicos na EPCT.

Referências Básicas

Bibliografia sugerida:

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Didática e interdisciplinaridade.** São Paulo: Papirus, 1998.

HERNANDEZ, Fernando. et al. **Aprendendo com as inovações nas escolas.** Tradução Emani Rosa. Porto Alegre. Ed. Artes Medicas Sul, 2000.

NOGUEIRA, Nilbo. **Pedagogia de Projetos.** Uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: Érica, 2001.

RANGEL, Mary. **Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas.** Papirus, Campinas, 2005 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

SILVA, Marcos. **Sala de aula interativa.** Rio de Janeiro: Quartet, 3 ed, 2002.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Referências Complementares

FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Interdisciplinaridade:** história, teoria e pesquisa- Campinas, SP: Papirus, 2012.

GUTIERREZ, F. PRIETO, D. **A Mediação Pedagógica** – Educação a Distância Alternativa. Campinas – SP, Papirus, 1994.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação** – Os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HERNANDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho** – o conhecimento é um caleidoscópio. POA, Artmed, 1996.

PERRENOUD, Philippe. Construir as Competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1993

Componente curricular: NTIC's aplicadas à Educação

Carga horária: 21h

Ementa

Concepções de educação e redimensionamento do espaço escolar no processo de transposição didática através das TICs. Inclusão digital e o movimento de software livre. Tecnologias educacionais e assistivas no contexto da EPCT. Educação a Distância. A aprendizagem colaborativa no uso de tecnologias. Tendências tecnológicas na EPCT. Tecnologia, inovação e sustentabilidade. Recursos e materiais tecnológicos no ensino da EPCT.

Referências Básicas

BARATO, Jarbas N. Escritos sobre tecnologia educacional & educação profissional. São Paulo. Ed. SENAC. 2002. 286 p.

GASPARETTI, Marco. Computador na educação: guia para o ensino com as novas tecnologias. São Paulo. Editora Esfera, 2001.

GUTIERREZ, F. PRIETO, D. A Mediação Pedagógica – Educação a Distância Alternativa. Campinas – SP, Papirus, 1994.

HERNANDEZ, Fernando. et al. Aprendendo com as inovações nas escolas. Tradução Emani Rosa. Porto Alegre. Ed. Artes Medicas Sul, 2000.

KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. Campinas – SP.

PALLOFF, Rena M. E PRATT, Keith. O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes online. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PETERS, O. Didática do ensino a distância: Experiências e estágios da discussão numa visão internacional. Rio Grande do Sul. Unisinos, 2001.

PRETTO, N. Educação e inovação tecnológica: um olhar sobre as políticas públicas brasileiras. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n 11, p.75-84, maio/jul, 1999.

SENAI-RJ, "Elaboração de material didático impresso: uma visão plural do tema", Rio de Janeiro: GEP/DIPRE.

SILVA, Marcos. Sala de aula interativa. Rio de Janeiro: Quartet, 3 ed, 2002.

SILVEIRA, S. A. Software livre e inclusão digital. São Paulo: Conrad, 2003.

Referências Complementares

LITWIN, E. (Org). Educação a distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa. São Paulo: Artmed, 2001.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos e BEHRENS, Marilda. Novas Tecnologias e mediação pedagógica. São Paulo, Papirus, 2003.

MOURA, D. H. Sociedade, educação e tecnologia e o uso das TICs nos processos educativos. Trabalho necessário – Revista eletrônica do Neddate, Niterói, ano 2, 2004.

PRADO, M. E. B. B.; VALENTE, J. A. A educação a distância possibilitanto a formação do professor com base no ciclo da prática pedagógica, 2002.

SILVA, Marco. "Educação on-line: teorias, práticas, legislação e formação corporativa", Edições Loyola, São Paulo, 2003.

Componente Curricular: Produção científica e tecnológica I: desenvolvimento e transferência de tecnologias sociais	**CH: 21**

Ementa :

O marco analítico-conceitual que conforma a noção de Tecnologia Social. Reflexões em torno das relações de fabricação e fruição dos objetos técnicos. Ciência, Política e os Mercados Democráticos. Análise das performances de Ciência e da Tecnologia nos arranjos sociais, na condição de tutoras das ações humanas e não-humanas. As ciências e a mobilização dos agentes: obsolescências e modos de fazer. Apropriação Tecnológica. Redes colaborativas para produção de cultura, arte, tecnologia e conhecimento voltadas para uma dinâmica periférica, autônoma e democrática. O saber fazer de comunidades. A incorporação do conhecimento científico-tecnológico.

Referências Básicas:

DAGNINO, R.; NOVAES, H. **Adequação sócio-técnica e economia solidária.** Unicamp, 2003. Mimeogr.

_____. **A relação pesquisa-produção: em busca de um enfoque alternativo**. In: SANTOS, L. et al. Ciência, tecnologia e sociedade: o desafio da interação. Londrina: Iapar, 2004. p. 103-146

DICKSON, D. **Tecnología alternativa y políticas del cambio tecnológico.** Madri: H. Blume, 1978.

FEENBERG, Andrew. **Teoria Crítica da Tecnologia**. Trad. equipe de tradutores do Colóquio Internacional "Teoria Crítica e Educação". Unimep, Ufscar, Unesp. Disponível em: <www.sfu.ca/~andrewf/critport.pdf> Acesso em: 15 fev. 2013.

HERRERA, A. **Transferencia de tecnología y tecnologías apropiadas: contribución a una visión prospectiva a largo plazo.** Unicamp, 1983. Mimeogr.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A Vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos.** Rio de Janeiro: Relume, 1997.

LATOUR, B. **Where are the missing masses? The sociology of a few mundane artifacts.** In: BIJKER, W.; LAW, J. (orgs.) **Shaping technology/ building society**. Cambridge: The MIT Press, 1992.
Políticas da Natureza – como fazer ciência na democracia. Bauru: EDUSC, 2004.
KATZ, J.; CIBOTTI, R. **Marco de referencia para un programa de investigación en ciencia y tecnología en América Latina.** Buenos Aires: Cepal, 1976.

Referências Complementares:

BIJKER, W. E. **Of bicycles, bakelites, and bulbs: toward a theory of sociotechnical change**. Massachusetts: The MIT Press, 1995.
BRANDÃO, F. C. **Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas – PTA: avaliação de um programa de desenvolvimento tecnológico induzido pelo CNPq**. Dissertação (mestrado em desenvolvimento sustentável) – UnB, Brasília, 2001.
BUSSULAR, Camila Zanon. **Alinhavando os saberes na prática: o trabalho de um grupo de mulheres pela perspectiva da Teoria ator-rede.** Dissertação de Mestrado defendida na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
COSTA JÚNIOR, Luiz Pinto. **Ações Coletivas com Mídias Livres: uma interpretação gramsciana de seu programa político.** Tese de doutorado defendida no Departamento de Sociologia da UFPE, 2010.
ELLUL, Jacques. **The Technological System**. New York, The Continuum P.C. Parte 1, cap. 4 e Parte 2 "the characteristics of technological phenomenon", 1980.
FERREIRA, Jonatas; ROCHA, Maria Eduarda da Mota. **Entre a inclusão e a democracia digital: a atuação do Estado e do terceiro setor em comunidades pobres da região metropolitana do Recife.** In: Liine em Revista, v.5, n.1, março, Rio de janeiro, p. 100-116 – http://www.ibict.br/liine, 2009.
FEENBERG, A. **Alternative modernity**. Califórnia: University of California Press, 1999.
Transforming technology. Oxford: Oxford University Press, 2002.
HABERMAS, Jurgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 2006.
HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX.** In: HARAWAY, Donna; KUNZIRU, Hari; TADEU, Tomaz (org). Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.
Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilegio da perspectiva parcial. In: Cadernos de Pagu (05), p. 7 – 41, 1991.
LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.** Editora UNESP: São Paulo, 2000.
Jamais fomos modernos. 1ª Edição, Editora 34: Rio de Janeiro, 2013
LESSIG, Lawrence. **Cultura livre. Como a grande mídia usa a tecnologia e a lei pra bloquear a cultura e controlar a criatividade.** 1ª. Edição, Trama Editorial, São Paulo, 2005.
NOVAES, H.; DAGNINO, R. **O fetichismo da tecnologia.** Unicamp, 2004. Mimeogr.

PINCH, T. **La construcción social de la tecnología: una revisión.** In: SANTOS, M. J.; DÍAZ, R. (orgs.) Innovación tecnológica y procesos culturales: nuevas perspectivas teóricas. México: Fondo de Cultura Económica, 1997. p. 20-38.
PINCH, T.; BIJKER, W. E. **The social construction of facts and artifacts: or how the sociology of science and the sociology of technology might benefit each other.** In: BIJKER, W. E. et al. The social construction of technological systems. Cambridge: The MIT Press, 1990.
RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Componente curricular: Gestão, implementação e acompanhamento de Projeto de TCC II

Carga horária: 21h

Ementa: Projetos de Intervenção e Melhoria da Prática Docente. Projeto como espaço de fortalecimento à integração teoria/prática, a partir da reflexão das práticas pedagógicas na EPCT, referenciadas nos componentes curriculares trabalhados.

Referências Básicas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a Pesquisa Participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

CAMARGO, Célia Reis (org). **Experiências Inovadoras de Educação Profissionais**: memória em construção de experiência inovadoras na qualificação do trabalhador. São Paulo: UNESP, 2002.

NOGUEIRA, Nilbo. **Pedagogia de Projetos**. Uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: Érica, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as Competências desde a escola.** Porto Alegre: Artmed, 1993.

RANGEL, Mary. **Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas.** Papirus, Campinas, 2005 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

THIOLLENT, Michel (org). **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche.** São Carlos: EDUFSCar, 2006.

Referências Complementares

BARBIER. Jean-Marie. **Elaboração de Projectos de Acção e Planificação**. Porto: Porto Editora, 1996.

CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisângela S. de; ALMEIDA, Whasgton A de. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.

LAKATOS, Eva Maria, Marina de Andrade Marconni. ET al. **Metodologia Científica.** 6ed. São Paulo: Atlas, 2011

OLIVEIRA, Maria Marli de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

Componente curricular: Produção científica e tecnológica II: Inovação e propriedade intelectual

Carga horária: 21h

Conceitos básicos de inovação tecnológica e propriedade intelectual; desenvolvimento de novos produtos tecnológicos; monitoramento tecnológico; uso de propriedade intelectual na sala de aula.

Referências Básicas

Kim. L.; Nelson, R.R. **Tecnologia, Aprendizado e Inovação – As experiências das economias de industrialização recente**. Campinas, Ed. da Unicamp, 2005.

Brasil. **Lei n. 13.243, de 11 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 2016.

Manual de Oslo – Diretrizes para Coleta e Interpretação de dados sobre Inovação. Traduzido pela FINEP. Rio de Janeiro, Edição (2005). Disponível em https://goo.gl/2GRfu0.

Mattos, J. R. L.; Guimarães, L. S. **Gestão da tecnologia e inovação: Uma abordagem prática**. São Paulo. Ed. Saraiva. 2012.

Referências Complementares

Brasil. Lei n. 9.279/1996. **Lei da Propriedade Industrial de 14 maio de 1996**. DOU, Brasília,
14 mai 1996.

Barbosa, C. R. **Propriedade Intelectual: introdução à propriedade intelectual como fonte
de informação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Russo, S. L.; Silva, G. F. da; Oliveira, L. B. D; Nunes, M. A. S. N.; Vasconcelos, J. S.; Santos, M. M. A. **Propriedade Intelectual. Capítulo de Livro IN: Capacitação em Inovação
Tecnológica para Empresários**. Aracaju-SE: editora UFS, 2012.

SBPC – Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência. FARIA, R.M. (Org.). **Ciência, tecnologia e inovação para um Brasil competitivo**. São Paulo: SBPC, 2011

Componente curricular: Produção do Conhecimento científico e tecnológico na EPCT

Carga horária: 21h

Ementa

Tipos de conhecimento. O conhecimento científico. Método: definição e tipos. Pesquisa científica e tecnológica. Planejamento e desenvolvimento da pesquisa: coleta das informações, organização e análise. Citações e referências. Noções de elaboração de projeto. Projeto acadêmico. Textos acadêmicos: artigos, relatórios de pesquisa e monografias. Formas de elaboração de textos acadêmicos

Referências Básicas

ANDRADE, M M. **Introdução à metodologia do trabalho cientifico.** São Paulo, SP: Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria et al. **Técnicas de Pesquisa.** São Paulo, SP: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Jorge Leite de. **Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica.** 9ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

SWALES, John Malcolm. **Genre Analysis.** 1ª ed. Cambridge, UK: Cambridge UniversityPress, 1990.

Referências Complementares

ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras:** coesão e coerência. 1ª ed. São Paulo, SP: Parábola, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. Manual **de redação e normalização textual:** técnicas de editoração e revisão. São Paulo: Atlas, 2002.

PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antônio Paulo F. de **Trabalho acadêmico o que é? como fazer?**: um guia para suas apresentações. Olho d'Água, 2009

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 12. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2010.

VOLPATO, G. **Dicas para a redação científica**. 3. ed. rev. amp. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

Componente curricular: Procedimentos e técnicas de análise da pesquisa em educação

Carga horária: 28h

Ementa

Tratamento da informação. Triangulação de dados. Análise de Documentos. Tipos de Análise. Análise de Conteúdo. Análise do discurso.

Referências Básicas

ABDALLA. Maria de Fátima Barbosa **A Pesquisa-ação como Instrumento de Análise e Avaliação da Prática Docente.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.13, n.48, p. 383-400, jul./set. 2005

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2004.

LAKATOS, Eva Maria et al. **Técnicas de Pesquisa.** São Paulo, SP: Atlas, 2008.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

Referências Complementares

BARBIER, R. **A pesquisa-ação.** Tradução Lucie Didio. Brasília, DF: Plano Editora, 2002.

FONSECA JÚNIOR, W.C. **Análise de conteúdo**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006, p.280-315).

FREIRE, Sérgio Augusto. **Conhecendo Análise do Discurso: linguagem, sociedade e ideologia**. Manaus: Valer, 2006.

KRIEG-PLANQUE, Alice. **A noção de fórmula em Análise do Discurso: quadro teórico e metodológico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

Componente curricular: Gestão, implementação e acompanhamento de Projeto de TCC III

Carga horária: 42h

Ementa

Triangulação dos Dados. Categorias Teóricas e Categorias Empíricas. Unidades de Análise. Escrita de Artigo e Monografia. Regras ABNT.
Referências Básicas BARBIER, R. **A pesquisa-ação.** Tradução Lucie Didio. Brasília, DF: Plano Editora, 2002. DIONNE, Hugues. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local.** Brasília: Liber Livro Editora, 2007. LAKATOS, Eva Maria et al. **Técnicas de Pesquisa.** São Paulo, SP: Atlas, 2008.
Referências Complementares ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002. ANDRÉ, Marli Eliza D. A.. Etnografia da Prática escolar – Campinas, SP: Papirus, 2012. ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras:** coesão e coerência. 1ª ed. São Paulo, SP: Parábola, 2005. MEDEIROS, João Bosco. Manual **de redação e normalização textual:** técnicas de editoração e revisão. São Paulo: Atlas, 2002. VOLPATO, G. **Dicas para a redação científica**. 3. ed. rev. amp. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

11. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica do IFPE será constituído por meio de processo seletivo para o desenvolvimento das atribuições de professor (a), tutor (a) e orientador (a), atendendo aos requisitos propostos nos respectivos editais.

Com o intuito de formar uma equipe docente com experiência e habilitação específica para a Docência em EPCT, aponta-se critérios fundantes que nortearão a seleção do corpo docente mediante tais perfis exigidos (professor (a), tutor(a) e orientador(a)):

a) Ser servidor Público Federal;
b) Possuir título de pós-graduação;
c) Ser graduado em curso de licenciatura plena (formação pedagógica).

Evidenciamos que no barema do processo seletivo do corpo docente será especificado em cada perfil os seus aspectos peculiares, priorizando pontos relevantes para atuação efetiva e conveniente dos profissionais selecionados.

12. METODOLOGIA

A metodologia propiciada pelo curso deverá fomentar a reflexão da prática pedagógica dos docentes envolvidos, discutir e sistematizar essas experiências estabelecendo diálogos permanentes entre o campo da prática e o universo teórico, garantindo e fortalecendo a relação dialógica entre ação-reflexão-ação. Iniciando com os princípios educativos, perpassando pelo currículo integrado e imergindo na prática pedagógica contextualizada, o curso aqui proposto foi construído em formato de rizoma, em que todas as partes se articulam com um mesmo fim. Há uma teia de relações entre os componentes curriculares e os eixos de ensino aos quais estão integrados, tendo como fio condutor metodológico a pesquisa-ação.

A metodologia da pesquisa-ação possibilitará a cada participante integrar seu projeto individual de intervenção didática às discussões coletivas nas salas virtuais, trabalhando ora com colaboração, ora com cooperação pedagógica dos pares de estudo.

De acordo com Thiollent (2011, p.75) "na pesquisa-ação, uma capacidade de aprendizagem é associada ao processo de investigação". Por isso, o fio condutor do curso permitirá que o cursista conheça as bases epistemológicas, as categorias teóricas e fundamentos,

ao mesmo tempo que promove ações no *locus* educacional mais apropriado a sua formação pedagógica. Ainda, segundo Thiollent (2011, p.75-76):

> As pesquisas em educação, comunicação e organização acompanham as ações de educar, comunicar e organizar. Os 'atores' sempre têm de gerar, utilizar informações e também orientar a ação, tomar decisões, etc. Isto faz parte tanto da atividade planejada quanto da atividade cotidiana e não pode deixar de ser diretamente observado na pesquisa-ação. As ações investigadas envolvem produção e circulação de informação, elucidação e tomada de decisões, e outros aspectos supondo uma capacidade de aprendizagem dos participantes. Estes já possuem essa capacidade adquirida na atividade normal. Nas condições peculiares da pesquisa-ação, essa capacidade é aproveitada e enriquecida em função das exigências da ação em torno da qual se desenrola a investigação.

Com isso, queremos dizer que os cursistas serão envolvidos em um processo formativo dialético e a pesquisa-ação os conduzirá à reflexão-ação-reflexão constantes no intuito de investigar, planejar, tomar decisões e analisar novamente sua própria ação de forma autoavaliativa, efetivando uma práxis pedagógica.

Os componentes curriculares apresentam flexibilidade e elos de comunicação nos planos horizontal e vertical, facilitando os diálogos entre os diferentes campos do saber. Podem ser oferecidos componentes curriculares flexíveis, abordando temáticas de interesse e relevância para a EPCT. Nesse sentido, a trajetória metodológica adotará a interdisciplinaridade e a contextualização como princípios pedagógicos, contemplando os arranjos didáticos representados por:

- Oficinas;
- Projetos integradores;
- Projetos de intervenção;
- Seminários temáticos;
- Projeto de educação tutorial;
- Relatório da prática pedagógica docente e/ou memorial descritivo;
- Estudos de caso;
- Resenhas críticas e ou artigos científicos;
- Eventos acadêmicos (seminários, colóquios, seminários, simpósios), projetos de intervenção nas práticas de pesquisa, de extensão e de ensino (Atividades Complementares).

Os trabalhos produzidos durante ou ao final da especialização serão submetidos a avaliação para publicação, preferencialmente na revista acadêmica do IFPE, e/ou registrados junto ao Núcleo de Inovação Tecnológica do IFPE — em caso de geração de produtos tecnológicos, tais como patentes, softwares, desenhos industriais, entre outros. Os componentes curriculares podem ser ministrados por um ou mais professores, a depender da natureza do conhecimento que estes contemplem. Os professores de cada componente e núcleo devem desenvolver um trabalho interdisciplinar, articulando, também, suas discussões com os demais núcleos. As ações de organização e sistematização das atividades teórico-práticas do curso serão discutidas e construídas pelo corpo docente de modo presencial e a distância, a fim de consolidar o propósito político-pedagógico de uma ação dada na perspectiva interdisciplinar e contextualizada, primando pela articulação entre teoria e prática.

O seminário integrador será realizado ao final da vivência de cada Núcleo, com intenção de promover um debate em torno das temáticas e dos projetos em EPCT.

Cada componente curricular utilizará os recursos e a metodologia da EaD. A utilização dessa ferramenta facilitará a participação dos docentes, pedagogos e TAEs localizados em diferentes *campi* do IFPE, tendo um encontro presencial por mês. Os seminários integradores serão realizados presencialmente. Esses eventos ocorrerão, preferencialmente, em diferentes *campi*, priorizando aqueles que contemplem a localização de maior número de cursistas e a localização geográfica deles.

13. CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

A concepção do curso considera as diferentes dimensões da atuação docente, a saber: ensino, pesquisa, extensão e gestão técnico-pedagógica e institucional, tratados segundo uma abordagem que favoreça a ação-reflexão-ação, tomando como base os seguintes pressupostos:

a) a compreensão e vivência de um currículo que integre educação, trabalho, ciência, cultura e tecnologia, com vistas ao desenvolvimento integral dos sujeitos que atuam na EPCT;
b) a concepção de uma formação de profissionais aptos a atuar em diversos níveis e modalidades da educação profissional, científica e tecnológica como professor, pesquisador, extensionista, formador de formadores e/ou gestor educacional de políticas para a EPCT;

c) a contribuição da pós-graduação para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos sujeitos que atuam ou venham a atuar na EPCT;

d) a importância do trabalho colaborativo, em equipes multidisciplinares, com vistas ao gerenciamento de projetos que facilitem a comunicação, o diálogo e a troca de saberes.

A formação dos servidores tomará como base os pressupostos anteriormente destacados, por meio de uma abordagem pedagógica sociointeracionista e a adoção de metodologias participativas de ensino e de avaliação, que estimulem a relação teoria/prática na perspectiva unitária e a autonomia dos cursistas, pautando-se na integração curricular e nos seguintes princípios pedagógicos previstos no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) de 2012 do IFPE:

- indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão (acrescentando para além do PPPI, também, a gestão);
- interdisciplinaridade;
- contextualização.

Nesse contexto, a formação dos profissionais da EPCT deverá manter como horizonte a articulação entre as perspectivas teóricas que orientarão as discussões e reflexões acerca dos princípios acima destacados e as diversas práticas pedagógicas construídas no exercício da docência.

14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Além das atividades regulares, são previstas atividades complementares, podendo ser organizadas de variadas formas, a saber:

a) seminários temáticos envolvendo as discussões demandadas pela docência na EPCT;

b) eventos de intercâmbio regional e nacional, que reúnam os docentes e coordenadores do referido curso;

c) eventos envolvendo a temática do ensino, da pesquisa e da extensão na EPCT;

d) eventos regionais e nacionais envolvendo a temática Educação e Trabalho;

e) realização de aulas extra-classe, visitando outras instituições da Rede Federal de Ensino que trabalhem com a EPCT.

Essas atividades poderão ser organizadas a partir do contrato didático dos docentes com os cursistas e nos encontros de planejamento de docentes e coordenação pedagógica, de forma optativa.

Todavia, para garantir a participação efetiva dos cursistas e a troca de conhecimentos pedagógicos, serão oferecidos os seminários integradores que ocorrerão a cada fechamento de núcleo de estudo, obrigatoriamente.

O seminário I visa promover a discussão coletiva da produção dos alunos, recebendo a contribuição do olhar de cada professor envolvido e contribuições de colaboradores externos, em rodas de diálogo e conferências. A conferência será realizada com pesquisadores importantes tanto na área política e curricular como na metodologia para EPCT.

O seminário II será organizado em modelo de encontro científico-pedagógico, que proporcionará um momento para discutir cada projeto (nas pré-bancas avaliativas) e outro momento para debater de forma coletiva as temáticas pertinentes à EPCT.

A culminância do curso será feita no seminário III, com a apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso, na modalidade de defesa pública.

15. INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA DO CURSO EM EaD

Estamos vivendo um período histórico de "crise" e "transição", em que paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos e outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação não dão mais conta da complexidade do fenômeno e da prática educativa.

O paradigma positivista precisa ser totalmente substituído por outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações.

Nesse sentido, a EaD oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos. Ela exige, portanto, uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Trata-se de uma ação mais

complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente.

A EaD deve ser pensada, então, e implementada pela instituição ensinante numa perspectiva sistêmica. A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico:

- Estudantes: matriculados no curso;
- Professores Formadores: docentes com titulação mínima de mestre, com a função de preparar e gerenciar a sala virtual, dar assistência aos estudantes, orientar os tutores a distância, corrigindo provas, exercícios e trabalhos e elaborando e organizando seminários temáticos. Após a avaliação presencial do componente curricular, elaboram os instrumentos de avaliação de 2ª chamada e exame final e consolidam as notas para lançamento no sistema de gestão acadêmica. Esses docentes atuarão nos Módulos I e II;
- Tutores a Distância: docentes com titulação mínima de especialista com a função de auxiliar o professor no desenvolvimento de todas as atividades e de orientar os estudantes nos seus estudos, dirimindo dúvidas e motivando-os para a aprendizagem individualizada e em grupo. Esses tutores atuarão nos Módulos I e II;
- Professores Orientadores: docentes com titulação mínima de mestre que atuarão no Trabalho de Conclusão de Curso com a função de orientar os estudantes sob sua responsabilidade. O quadro desses professores poderá ser composto por tutores a distância e professores formadores do próprio curso, bem como docentes convidados de outras IES públicas e privadas, quando se fizer necessário, para atender às demandas de orientação relacionadas às linhas de pesquisa do curso;
- Coordenador de Tutoria: coordenam os aspectos didático-pedagógicos do grupo de tutores sob sua responsabilidade. Profissional de formação pedagógica superior e com experiência no magistério;
- Coordenadores de Curso: coordenam o curso e seus aspectos gerais, juntamente com os coordenadores de tutoria. Têm titulação mínima de mestre em Educação;
- Material didático: elo de diálogo dos estudantes com professores, tutores e orientadores, por meio dos materiais impressos (apostilas) e do AVA Moodle que serão elaborados e disponibilizados pelos docentes no início do primeiro biênio;
- Diretoria de Educação a Distância: em que atua a equipe pedagógica do curso, composta por professores e técnicos de diferentes áreas do conhecimento, responsável pela gestão do projeto pedagógico do curso e/ou da modalidade;

- Polos de Apoio Presencial: onde se oferece aos estudantes estrutura de apoio ao desenvolvimento de suas atividades no curso, tais como salas de aula, laboratório de informática, biblioteca, entre outros.

Assim organizada, a instituição ensinante poderá oferecer saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais ("aprender a aprender"), visando educação permanente do cidadão e estando compromissada com o meio circundante. Para tal, nessa organização devem estar presentes constantemente:

a) *A estrutura organizativa:* composta pelos subsistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os polos de apoio presencial;

b) *A comunicação:* deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia exige, como qualquer aprendizagem, uma implicação consciente do aprendiz, uma intencionalidade, uma atitude adequada, as destrezas e conhecimentos prévios necessários a partir da utilização de diversos meios e linguagens. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos estudantes.

c) *O trabalho cooperativo:* somos frutos de uma formação que privilegiou o individualismo e a competição. Na modalidade a distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, designer instrucional, web designer, tecnólogos educacionais, orientadores). Por essa razão, a ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma "comunidade de aprendizagem".

É importante frisar que todos os passos e etapas do curso são planejados pela equipe pedagógica com antecedência, e que os estudantes devem ser informados desde o início de seu percurso. Por isso, ao se matricularem, os estudantes têm acesso, no ambiente virtual, ao Projeto Pedagógico do Curso contendo todas as informações referentes ao curso e à modalidade, além do calendário de atividades dos módulos.

O estudante enviará as atividades e manterá contato com seus tutores utilizando sempre o ambiente virtual de aprendizagem, para que tudo fique registrado no sistema, evitando

dissabores muito comuns quando se utiliza outra rede de comunicação, como o correio eletrônico.

No desenvolvimento do curso, são oferecidos aos estudantes suportes administrativo, pedagógico, cognitivo e motivacional, propiciando-lhe clima de autoaprendizagem e oferecendo, assim, ensino de qualidade.

A modalidade a distância, portanto, não deve ser pensada como algo à parte da organização de ensino. É necessário que o estudante compreenda que educação a distância é educação permanente, contínua e que, dadas as suas características, faz-se imprescindível a organização de um sistema que ofereça aos estudantes as condições para que efetuem sua formação profissional.

15.1 ORGANIZAÇÃO DO CURSO

A Educação a Distância, embora prescinda da relação face a face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores e tutores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica. Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema, estão:

- A implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- A produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- Processos de orientação e avaliação próprios;
- Monitoramento do percurso dos estudantes;
- Criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

15.2 REDE COMUNICACIONAL

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários polos do curso e o IFPE. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica no IFPE, com a garantia de:

- Manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas

do saber que compõem o curso;

- Designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- Suporte Moodle para a rede comunicacional prevista.

15. 3 PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

O material didático impresso constitui um pilar importante deste processo, uma vez que, mesmo disponibilizando-se o conteúdo na web (além do projeto, guia didático, textos de consulta etc.), é importante lembrar que poucos professores, em seu dia a dia, dispõem de computadores conectados à internet.

A plataforma, outro pilar importante, estimulará a interatividade como fator relevante para o sucesso do curso. Nesse sentido, o uso de textos objetivos, mas densos teoricamente, e pesquisas induzidas deve ser fortemente estimulado, podendo ser realizadas nos polos de apoio presenciais do IFPE, nos ambientes, espaços e laboratórios das escolas.

O material didático poderá ser disponibilizado na plataforma, e as atividades propostas desenvolvidas no ambiente virtual terão sua oferta não apenas centrada na plataforma, mas também indicadas pelo material impresso.

Na construção do desenho instrucional do material didático, serão consideradas, pelo menos, duas situações:

- A situação de dinamização do professor atuando em sala de aula;
- A situação do professor como aluno-cursista.

Essas situações podem ser descritas a partir de dois momentos: no primeiro, tendem a se fundir, principalmente quando professor e aluno, a partir da utilização do material didático, dialogam fortemente por meio do processo de ensino e aprendizagem; no segundo, possibilitará a integração entre coordenação, professores formadores, tutores e apoio presencial em função da experimentação e das metodologias praticadas com os estudantes, visando à construção do conhecimento em Docência.

Por fim, no que diz respeito à metodologia em sala de aula, o excesso de textos deve ser evitado. A partir da experimentação de ideias, devem ser propostas ações que visem instrumentalizar não apenas a teoria, mas também a didática praticada.

15.4 ACOLHIMENTO AOS ESTUDANTES

Os estudantes iniciam o curso com o componente curricular *Introdução ao Estudo a Distância*. Nele, aprendem a utilizar o ambiente virtual de ensino e aprendizagem, os recursos, atividades e as tecnologias informáticas que serão utilizadas no curso pelos professores. Aprenderão, também, a utilizar o material didático impresso e as videoaulas, para que possam melhor explorar o uso dessas tecnologias.

15.5 MANUAL DO ESTUDANTE

Os estudantes terão a seu dispor, na forma impressa e na web, um guia (Manual do Estudante) com as orientações gerais sobre o curso, a organização didática e as normas acadêmicas, o processo de avaliação do desempenho da aprendizagem, as orientações para o seu estudo, a relação e localização dos polos de apoio presencial do IFPE e a estrutura organizacional da DEaD do IFPE.

Além disso, será disponibilizado na web um guia contendo os conteúdos (módulos, componentes curriculares etc.) do curso para que os estudantes possam acompanhar toda a sua estrutura curricular.

15.6 CONTRATO PEDAGÓGICO

No início de cada componente, os estudantes terão a seu dispor, no AVA, um contrato pedagógico que explica a organização do componente (carga horária, horários de atendimento semanais online, nomes dos tutores por polo e do(a) professor(a) formador(a). Também são mostrados a ementa do componente, a distribuição semanal de conteúdo, a metodologia a ser utilizada, as atividades presenciais, a web conferência, os critérios e o processo de avaliação. Também são explicitados os processos de 2ª chamada e exame final, além de orientações gerais e referências. É de responsabilidade dos professores formadores elaborarem e disponibilizarem esse contrato no início de cada componente.

15.7 SISTEMA DE TUTORIA

O corpo de tutores desempenha papel de fundamental importância no processo educacional de cursos a distância. É compreendido como um dos sujeitos que participam

ativamente da prática pedagógica. Suas atividades desenvolvidas a distância e/ou presencialmente contribuem para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem e para o acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico.

Um sistema de tutoria necessário ao estabelecimento de uma educação a distância de qualidade deve prever a atuação de profissionais que ofereçam tutoria a distância e apoio presencial.

A tutoria a distância atuará a partir da instituição, mediando os processos pedagógicos com estudantes geograficamente distantes e referenciados aos polos descentralizados de apoio presencial. A principal atribuição desses profissionais é o esclarecimento de dúvidas por meio de fóruns de discussão realizados no ambiente virtual de aprendizagem por mensagens, participação em vídeo, videoconferências e tutoria online (chat).

Os tutores a distância também têm a responsabilidade de promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos e participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem, juntamente com os professores formadores. Um(a) tutor(a) a distância ficará responsável por um grupo de, no máximo, 25 estudantes, uma vez que são designados dois tutores para cada polo com 50 alunos.

O apoio presencial atenderá aos estudantes nos polos, em horários preestabelecidos fixados pelo(a) coordenador(a) do curso, de acordo com os horários de preferência dos estudantes. Esses profissionais serão capacitados pela equipe de EaD do IFPE, ocasião na qual receberão orientação sobre a função de tutoria, conhecerão o projeto pedagógico do curso, o material didático e a metodologia do curso. Um(a) tutor(a) ficará responsável por um grupo de, no máximo, 25 estudantes.

Os tutores a distância serão escolhidos por meio de processo seletivo público simplificado de acordo com o edital publicado para tal fim. O apoio presencial será escolhido por processo seletivo simplificado, pois essa função será preenchida pelo caráter de sua especificidade: um pedagogo e um profissional da área de informática em cada polo.

A principal atribuição do apoio presencial é auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa e esclarecendo dúvidas em relação ao desenvolvimento da metodologia e ao uso das tecnologias disponíveis. Além disso, participará de momentos presenciais obrigatórios. O tutor presencial manterá comunicação permanente, tanto com os estudantes quanto com a equipe pedagógica do curso.

16. EQUIPE PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA DO CURSO

O curso conta com a estrutura e o apoio da equipe da DEaD e com profissionais que serão selecionados como professor-formador e professor-tutor. Irá funcionar com dois tutores a distância, por polo, um professor e um coordenador de curso, além de contar com a infraestrutura dos *campi* que se configurarem como polos. Para tanto, a formação continuada em EaD será fundamental, bem como as articulações e o apoio da Coordenação-Geral, possibilitando que todos os polos funcionem com otimização dos recursos humanos e materiais pedagógicos necessários ao melhor andamento das atividades.

16.1 FORMAÇÃO PERMANENTE DOS PROFESSORES FORMADORES, TUTORES A DISTÂNCIA E PRESENCIAIS, EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS.

A qualificação dos docentes será viabilizada mediante a implementação de um plano de capacitação de docentes, tutores e técnicos administrativos destinado a proporcionar o suporte necessário ao desenvolvimento institucional em educação a distância (EaD). A constante formação profissional das pessoas que integram a equipe de EaD é de fundamental importância para a sobrevivência de qualquer projeto ligado a essa modalidade, seja de formação inicial, seja de formação continuada de servidores e colaboradores.

De um lado, essa qualificação permitirá a otimização dos serviços de EaD oferecidos pelo IFPE; de outro, proporcionará o crescimento pessoal dos servidores e colaboradores que trabalham na área, sendo um fator imprescindível para a sua autorrealização.

As atividades a serem desenvolvidas serão de dois tipos: cursos presenciais ou a distância; treinamentos específicos ou em serviço; intercâmbios ou visitas técnicas; seminários e congressos que contribuam para atualização permanente dos profissionais e cursos de pós-graduação.

Os professores-formadores, tutores a distância ou presenciais, assim como a equipe multidisciplinar, ao ingressarem na DEaD, deverão participar de um curso inicial, constando de formação no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

16.2 ESTRUTURA PEDAGÓGICA

O IFPE concebe a aprendizagem como um processo de construção do conhecimento que se origina no interior do indivíduo, não apenas como um processo solitário na absorção de conteúdo mas principalmente como um processo cognitivo que perpassa a intersubjetividade, mediado pelo professor formador e pelo professor tutor. Assim, os estudantes são estimulados a aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a aprender.

Esse paradigma de aprendizagem se ancora nos pressupostos de Vygotsky (1994), quando ele aponta que o aprendizado, como um processo eminentemente social, ressalta a influência da cultura e das relações sociais na formação dos processos mentais superiores.

O enquadramento pedagógico da relação de ensino-aprendizagem se baseia também em autores como Piaget (1983), bem como nas propostas de Moore, que destacam a autonomia e independência do estudante, e de Holmberg, quando eles apontam a vertente da interação e da comunicação. O fazer pedagógico deve alinhavar uma estruturação a partir de olhares e práticas que sejam atuais e que recusem a reprodução infrutífera, que não trazem resultados positivos para os estudantes nem para a instituição.

A fim de assegurar a consecução e consolidação das aprendizagens dos estudantes e contribuir para o perfil de conclusão do curso, os professores no desenvolvimento da prática docente deverão zelar pelo planejamento e desenvolvimento do ensino e avaliação da aprendizagem na perspectiva da construção sociocultural do conhecimento, atribuindo aos estudantes uma participação ativa enquanto sujeito construtor de conhecimento, numa relação dialógica entre professores e estudantes.

Para tanto, adota-se como estratégia pedagógica o acompanhamento sistemático do desenvolvimento dos estudantes por equipe de professores formadores que elabora a sala virtual, com base no plano de curso, dispondo conteúdos e atividades adequadas ao perfil do grupo. Conta também com equipe de tutores a distância, responsável por acompanhar todo o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, motivando-os, esclarecendo dúvidas, orientando-os e fornecendo o feedback necessário à retroalimentação da aprendizagem. O curso conta ainda com o suporte presencial no polo por meio do apoio presencial, responsável por apoiar os estudantes em suas dificuldades de acesso aos conteúdos, podendo também formar grupos de estudos e sugerir material complementar de estudo para facilitar a aprendizagem.

A semana letiva se inicia na quarta-feira e se encerra na terça-feira da semana subsequente. Os estudantes deverão dispor de, no mínimo, sete horas semanais de estudo para

o desenvolvimento das leituras, audiência de vídeos e outros materiais disponíveis, assim como para realização da atividade avaliativa obrigatória da semana no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Os componentes curriculares serão oferecidos um após a conclusão do outro. A duração de cada um dependerá de sua carga horária. Essa duração se baseia na previsão de 7 horas de estudo semanal, o que daria, por exemplo, três semanas letivas para um componente curricular de 21 horas, acrescido das semanas destinadas à segunda chamada e ao exame final. Cada componente tem momentos presenciais e a distância.

Na sala de aula virtual, os estudantes contam com o material didático (apostila) do componente curricular, disposto em formato PDF, assim como o calendário de atividades a distância e presenciais do curso, o contrato pedagógico e o plano de aula semanal com as orientações sobre o desenvolvimento das atividades da semana.

No AVA, são disponibilizadas ferramentas virtuais de aprendizagem, direcionadas aos objetivos pedagógicos do curso, que se dispõem a facilitar a comunicação e a interação no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Por meio de ferramentas assíncronas (fórum, mensagens, *wiki*), os estudantes poderão estabelecer contato com a equipe docente e com seus pares, esclarecer dúvidas, realizar as atividades e ter acesso a conteúdo de estudo. Contam também com ferramentas síncronas, como a tutoria on-line (chat), em horário e dias previamente agendados e disponíveis para conhecimento na semana zero da sala virtual.

Entre outras ferramentas virtuais de aprendizagem, os professores formadores se utilizam, para desenvolvimento do componente curricular, de: envio de arquivo, *webquest*, web conferencia, *hot potatoes*, questionário, diário de bordo, dicionário, acesso a sites, vídeos e textos.

No polo de apoio presencial, os estudantes contarão com infraestrutura física e organizacional que possibilite o desenvolvimento das atividades presenciais e a distância, com biblioteca, laboratório de informática com acesso a internet e salas de aula.

16.3 COLEGIADO DO CURSO

Deverá ser criado o colegiado do curso de Especialização em Docência para EPCT, que funcionará como um órgão democrático e participativo de função deliberativa, consultiva, propositiva e de planejamento acadêmico. Em sua composição, figurarão os seguintes membros:

a) coordenador(a) do curso de especialização;
b) coordenador de tutoria;
c) um representante da equipe técnico-administrativa;
d) pedagogo(a) responsável pelo curso de especialização;
e) todo o corpo docente do curso de especialização;
f) um representante do corpo discente do curso.

Entre as competências do Colegiado, estão:

a) Analisar e validar o Projeto Pedagógico do Curso para encaminhá-lo à Direção de Ensino ou instância equivalente;
b) Acompanhar a execução didático-pedagógica do Projeto Pedagógico do Curso;
c) Propor modificações no Projeto Pedagógico do Curso e nos Programas dos Componentes Curriculares, por meio da indicação de comissão para essa reestruturação;
d) Estabelecer critérios e cronograma para viabilizar a recepção de professores visitantes a fim de, em forma de intercâmbio, desenvolver atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão;
e) Deliberar sobre questões relativas à vida acadêmica, tais como frequência, equivalência e adaptações de estudos, exames e avaliações, de acordo com a Organização Acadêmica;
f) Atuar de forma consultiva e deliberativa, em primeira instância, na área do Ensino, Pesquisa e Extensão, desde que não conflite com o que preceitua a Organização Acadêmica e as demais normas do IFPE;
g) Analisar e dar encaminhamento, sempre que solicitado, a outras questões pertinentes ao curso de especialização.

As questões relativas às competências e procedimentos adotados no referido curso serão determinadas em regimento próprio a ser elaborado em consonância com o Regimento do Colegiado dos Cursos Superiores do IFPE.

17. CRITÉRIO DE SELEÇÃO

O curso tem como requisito de seleção ser docente, não licenciado, portador(a) de diploma de cursos de graduação e em efetivo exercício no IFPE, já que pretende atender à Resolução n. 06/2012. Contudo, os critérios de classificação e desempate estarão disponibilizados em edital de seleção de candidatos ao curso de Especialização em Docência para EPCT, que será elaborado por uma comissão formada para esse determinado fim.

18. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Em um mundo caracterizado por mudanças, o grande desafio é identificar quando mudar ou atualizar uma proposta educativa ou curricular. Somente a avaliação dará suporte para a revisão de objetivos e finalidades do processo de ensinar e aprender de uma instituição educativa.

A avaliação, por ser um processo contínuo, de caráter dinâmico e temporal, deve abranger os estudantes e sua história de vida, desde sua entrada na escola, passando por toda a sua trajetória do "aprender".

Avaliação é um processo de ajuda à efetividade do ensino e da aprendizagem. Opta-se pela valorização das aprendizagens significativas que assegurem o domínio de competências e habilidades, de estratégias mentais do ato de aprender, da formação geral dos estudantes e dos processos criativos. É entendida como um processo mais amplo do que apenas a simples aferição de conhecimentos constituídos pelos estudantes em um determinado momento de sua trajetória escolar. Determina que se deva considerar tanto o processo que os estudantes desenvolvem ao aprender como o produto alcançado.

A avaliação, quando bem planejada, apontará as mudanças necessárias desde a confecção dos materiais até os procedimentos educativos oferecidos para o alcance dos objetivos e a construção das competências requeridas.

A avaliação no curso é concebida como uma dimensão do processo de ensino-aprendizagem, e não apenas como momentos isolados desse mesmo processo. Assim, a avaliação é vista como uma reflexão conjunta sobre a prática pedagógica durante o curso. Tal entendimento não exclui, no entanto, a utilização de instrumentos usuais de avaliação, tais como trabalhos escritos, atividades e testes desenvolvidos no ambiente virtual de aprendizagem e presencialmente.

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora possa se sustentar em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que lhes sejam apresentadas.

Segundo, porque no contexto da EaD os estudantes não contam, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, faz-se necessário desenvolver métodos de

estudos individuais e em grupo para que os estudantes possam: buscar interação permanente com os colegas, professores e tutores todas as vezes que sentirem necessidade; obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, ao organizar o material didático básico para a orientação dos estudantes, deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgam saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática se coloca como imperativo no tratamento do conteúdo selecionado para o curso. Para a relação intersubjetiva e dialógica entre professores-estudantes, mediada por textos, ela é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica dos estudantes frente a suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos das políticas públicas e dos processos de gestão.

Embora a avaliação ocorra de forma contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, é possível particularizar três momentos no processo:

a) acompanhamento do percurso de estudo do estudante, mediante diálogos;

b) produção de trabalhos escritos que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados;

c) desenvolvimento e apresentação de resultados de pesquisas científicas realizadas ao longo dos Módulos I e II como produção relacionada aos componentes.

18.1 PROCESSO AVALIATIVO

A avaliação da aprendizagem no IFPE tem como finalidade acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, a partir de uma observação integral e da avaliação das aprendizagens, visando também ao aperfeiçoamento do processo pedagógico e das estratégias didáticas.

O processo de avaliação da aprendizagem será contínuo e cumulativo, com a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e possibilitará a verificação:

a) Da adequação do currículo ou da necessidade de sua reformulação;

b) Da eficácia dos recursos didáticos adotados;

c) Da necessidade de serem adotadas medidas para a recuperação paralela da aprendizagem;

d) Da necessidade de intervenção, por parte dos professores, no processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação tomará como referência a relação dialógica, presente na ação-reflexão-ação, durante todo o processo de ensino e aprendizagem. A avaliação dos estudantes contemplará as dimensões diagnóstica, formativa, processual e a somativa.

Tomar-se-ão como instrumentos avaliativos as atividades de produção do conhecimento, atendendo às exigências metodológicas demandadas pelo gênero textual acadêmico, tais como resenhas críticas, artigos, projetos de intervenção didática, relatórios de práticas docentes, estudos de caso, relatórios de pesquisa e memorial resultantes das atividades de leitura, de pesquisa, de extensão, de observação, de aplicação e de intervenção pedagógica. Os instrumentos a serem utilizados para a avaliação do desempenho da aprendizagem serão efetivados em cada componente curricular por meio de atividades de pesquisa, exercícios escritos e orais, testes, atividades práticas, elaboração de relatórios, estudos de casos, relato de experiências, produção de textos, execução de projetos, entre outros que sejam definidos nos planos de ensino, de acordo com a natureza do componente curricular.

Visando acompanhar se os objetivos do curso foram alcançados e se as estratégias adotadas foram apropriadas, faremos uso da avaliação diagnóstica, formativa e somativa, nas quais serão atribuídos valores aos diferentes instrumentos usados para a avaliação e ao acompanhamento. Os estudantes serão avaliados, ainda, por meio da observação direta dos professores quanto ao planejamento e execução de oficinas, seminários temáticos ou outros procedimentos pedagógicos.

Poderão ser aplicados quantos instrumentos avaliativos forem necessários ao processo de aprendizagem, cabendo, no mínimo, uma prática avaliativa presencial em cada componente curricular, de acordo com o Calendário Acadêmico de Atividades do Curso.

Durante o desenvolvimento de cada componente curricular, serão aplicadas diversas atividades avaliativas com os objetivos de acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes e identificar se as estratégias e recursos tecnológicos utilizados pelos professores para disponibilizar o conteúdo, impressos ou via web, estão sendo eficientes e efetivos. De posse desses dados, os professores podem vir a tomar decisões para reorientar o processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação somativa, denominada neste projeto como integradora, é entendida como aquela que busca verificar o aproveitamento dos estudantes ao final de determinado período, com a finalidade de decidir sobre sua progressão. Será presencial e aplicada nos polos, ao final de cada módulo.

Todas as atividades avaliativas, presenciais ou a distância, serão corrigidas pelos tutores a distância com supervisão dos professores-formadores.

A avaliação dos estudantes será feita por meio de trabalhos, participação das atividades programadas no ambiente virtual e exames presenciais. Os exames presenciais prevalecerão sobre os demais instrumentos de avaliação virtual, sendo que o resultado final será calculado por meio de média ponderada. A nota do exame presencial terá peso 7,0 (sete), e a nota das atividades programadas a distância terá peso 3,0 (três).

Durante todo o processo de ensino-aprendizagem, e a partir dos resultados obtidos, a equipe docente entregará, continuamente, apontamentos e observações sobre o aprendizado dos cursistas, propiciando que os estudantes façam a autoavaliação do seu próprio desempenho nas atividades realizadas.

O resultado da soma das atividades avaliativas, bem como do exame final de cada componente curricular, deverá exprimir o grau de desempenho acadêmico dos estudantes, sendo expresso por nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando até a primeira casa decimal.

Caberá aos professores informar a seus estudantes o resultado de cada avaliação e postar no AVA o instrumento de avaliação presencial, com seu respectivo gabarito ou fórum para discussão da avaliação presencial.

Será permitida uma segunda chamada para avaliação presencial, desde que: 1) requerida à DEaD dentro do prazo de cinco dias úteis; 2) comprovados os motivos expressos; e 3) atendidas as exigências do art. 145 da Organização Acadêmica.

O resultado das avaliações será calculado por meio de Média das Avaliações Realizadas, composta pelas Notas das Atividades Programadas a Distância (NAPD) — que equivalem a 30% e pela(s) Nota(s) da(s) Avaliação(ões) Presencial(ais) (NAP) que equivale(m) a 70%, conforme expressa na equação abaixo:

$$MAR = NAPD + NAP$$

Em que:

MAR = Média das Avaliações Realizadas;

NAPD = Nota das Atividades Programadas a Distância;

NAP = Nota da Avaliação Presencial.

Ao final da vivência de cada núcleo será organizado um Seminário Integrador, com a discussão coletiva da produção dos alunos, com a contribuição do olhar de cada professor envolvido. A culminância do curso é o seminário final, com a apresentação do TCC. Toda publicação oriunda dessa produção será submetida a avaliação para a publicação na revista acadêmica do IFPE, preferencialmente.

Assim sendo, a aprovação final será composta pelas notas atribuídas à produção dos alunos, exposta nas avaliações integradoras e pela defesa do Trabalho de Conclusão do Curso. Para a aprovação do cursista, exigir-se-á 7,0 (sete) como nota mínima para aprovação em cada Avaliação Integradora.

A aprovação final será concedida após o resultado satisfatório do TCC, cumprindo-se as exigências regulamentadas em normatização própria.

A avaliação do desempenho dos estudantes, para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de certificados, ocorrerá mediante:

- Cumprimento das atividades programadas a distância;
- Realização de avaliações presenciais;
- Obtenção de média mínima 7,0 (sete).

Para terem direito a realizar a avaliação presencial, os estudantes deverão ter participado de, no mínimo, uma atividade avaliativa no Ambiente Virtual de Aprendizagem, obtendo nota diferente de 0,0 (zero).

Serão considerados aprovados os estudantes que obtiverem nota igual ou superior a 7,0 (sete) em cada componente curricular.

A recuperação processual será aplicada para suprir as deficiências de aprendizado dos estudantes, tão logo elas sejam detectadas, durante o período letivo, por meio de assistência dos professores e tutores, no Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado nessa modalidade de ensino.

A equipe docente deverá identificar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes, reconhecendo quando necessitam de ajuda ou quando a estratégia de ensino não corresponde ao perfil deles. Uma vez reconhecidas essas dificuldades, o docente deverá buscar novas estratégias de ensino que ajudem o estudante a superá-las.

A avaliação da aprendizagem é entendida como base da tomada de decisões do docente para adotar e/ou modificar suas posturas frente aos estudantes e fornecer ajuda, melhores explicações, exemplos e situações; aprofundar questões, proporcionar desafios; desenvolver episódios para a aprendizagem e, inclusive, considerar os estudantes aptos diante de competências e habilidades trabalhadas.

Para efeito de registro da nota de cada componente dos Módulos I e II, prevalecerá a maior nota após serem aplicados os instrumentos de avaliação durante os estudos de recuperação.

Os estudantes do curso que, mesmo sendo submetidos à recuperação, não obtiverem média mínima 7,0 (sete), terão direito a realizar o exame final.

Para terem direito ao exame final, os estudantes deverão ter participação efetiva durante todo o processo de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares, bem como apresentar, no mínimo, média 2,0 (dois).

Serão considerados aprovados, após o exame final, os estudantes cuja Média Final (MF) calculada de forma aritmética for igual ou superior a 6,0 (seis), conforme expressão abaixo:

$$MF = \frac{MAR + NEF}{2}$$

Em que:

MF = Média Exame Final;

MAR = Média das Avaliações Realizadas;

NEF = Nota Exame final.

Os estudantes terão o direito de requerer, junto à DEaD, a revisão de instrumentos de avaliações em até cinco dias úteis após a divulgação do resultado.

A revisão de nota ou pontuação das atividades programadas a distância será feita pelo professor-formador, no prazo máximo de cinco dias úteis, após receber a solicitação dos estudantes.

A nota estabelecida após cada revisão não poderá ser inferior à anterior.

Em caso de reprovação em até dois componentes curriculares, o estudante poderá vir a cumpri-los em outra turma que, porventura, venha a ser formalmente estabelecida, desde que:

I - seja em turma imediatamente posterior à turma na qual que ele iniciou o curso;

II - haja vaga ou a matrícula do estudante na nova turma exceda em até 10% (dez por cento) o número máximo de estudantes.

A matrícula nessa condição fica restrita a apenas dois dos componentes curriculares, e a uma única vez.

O estudante só poderá ser reprovado em até 50% do total de disciplinas do curso. Caso tenha mais de 50% de reprovação do total de disciplinas no curso, o estudante será automaticamente desligado do curso de pós-graduação *lato sensu*.

Ao estudante reprovado em até 50% de disciplinas do curso não será garantida a oferta das disciplinas em que ele for considerado reprovado. A oferta dessas disciplinas poderá ocorrer, no entanto, mediante disponibilidade da instituição.

18.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

O modelo de avaliação da aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem proposto pretende ajudar os estudantes a desenvolverem graus mais complexos de competências cognitivas, habilidades e atitudes, possibilitando-lhes alcançar os objetivos propostos.

Para tanto, o processo de avaliação adotará um processo contínuo, para verificar constantemente o progresso dos estudantes e estimulá-los a serem ativos na construção do conhecimento.

Serão adotados mecanismos que promovam o permanente acompanhamento dos estudantes, no intuito de identificar eventuais dificuldades na aprendizagem e saná-las ainda durante o processo de ensino-aprendizagem. No entanto, a avaliação a distância atenderá ao disposto no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece obrigatoriedade e prevalência das avaliações presenciais sobre outras formas de avaliação.

O ambiente virtual de aprendizagem será utilizado como forma de acompanhamento dos processos de aprendizagem individual e coletivo.

O modelo de avaliação proposto tem como referência a concepção de aprendizagem baseada numa perspectiva interacionista-construtivista.

Nesse sentido, destacam-se como aspectos relevantes que subsidiam a construção da proposta de avaliação da aprendizagem no ambiente virtual:

a) Apresentação de dados quantitativos referentes a acesso ao ambiente (controle de frequência);

b) Apresentação de dados quantitativos em relação a contribuições em determinada ferramenta do ambiente (fórum, chat e outras), bem como possibilidades de visualização do texto postado/contribuição (dados qualitativos);

c) Documentação do histórico de navegação individual, de forma a auxiliar os professores/tutores no acompanhamento do percurso individual dos estudantes,

facilitando o processo de avaliação formativa e, também, possibilitando aos estudantes o registro do caminho percorrido;

d) Possibilidade de fluxo navegacional entre as contribuições dos vários participantes, uma vez que se entende que a construção individual é permeada pelo coletivo;

e) Visualização das trocas interindividuais que se constituem a partir de uma determinada contribuição, ou seja, o mapeamento das interações a partir de diferentes contextos de discussão.

Portanto, serão adotados os critérios abaixo na avaliação da aprendizagem no AVA, que contribuirá com 30% do resultado final na avaliação somativa:

a) Frequência e assiduidade (data e hora de acessos ao ambiente, data e hora de acessos a cada uma das ferramentas disponíveis no ambiente);

b) Resultados de testes on-line;

c) Trabalhos publicados e tarefas realizadas, incluindo verificação de prazos de entrega;

d) Mensagens trocadas entre os participantes de uma aula/componente.

Dessa forma, a avaliação no AVA será entendida a partir de 3 (três) perspectivas:

a) Avaliação por meio de testes on-line;

b) Avaliação da produção individual dos estudantes;

c) Análise das interações entre estudantes, a partir de mensagens postadas/trocadas por meio das diversas ferramentas de comunicação.

Assim, o modelo de avaliação da aprendizagem proposto pretende, além de possibilitar aos professores o acompanhamento do processo de construção de conceitos/conhecimentos dos estudantes, permitir a eles se tornarem conscientes de seu próprio processo de aprendizagem.

18.3 MONITORAMENTO DO PERCURSO DOS ESTUDANTES

É muito importante que, além das figuras dos professores-formadores e tutores a distância, a Coordenação de Tutoria monitore a participação dos estudantes no curso e produza

relatórios semanais para composição de um quadro de desempenho dos estudantes da turma.

18.4 CRITÉRIOS DE CORREÇÃO DAS ATIVIDADES AVALIATIVAS

Será facultada às equipes de professores e tutores a distância a escolha dos critérios de correção para as atividades avaliativas, expressando de forma clara a intenção dos instrumentos de avaliação a serem adotados em cada componente curricular, devendo apresentá-los previamente, por meio do Contrato Pedagógico e do Plano de Aula Semanal, à Coordenação de Curso para aprovação.

Os critérios de correção das atividades avaliativas deverão ser expressos de forma clara e objetiva, assim como deverão ser indicadas as referências qualitativas e quantitativas — como a pontuação destinada a cada questão —, em um questionário, e/ou referência qualitativa da produção de resenha de texto nos aspectos de clareza, objetividade, argumentação lógica, coesão e coerência, entre outros.

19. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Exigir-se-á 75% de frequência para as atividades presenciais, observando-se a pontualidade, participação e produção acadêmica demandadas.

20. ACESSIBILIDADE

A concepção de acessibilidade contempla, além da acessibilidade arquitetônica e urbanística, da edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, a acessibilidade pedagógica, referente ao acesso aos conteúdos, informações, comunicações e materiais didático-pedagógicos. Em todos os casos, trata-se de assegurar os direitos das pessoas com deficiência de acesso aos direitos sociais básicos, inclusive o direito a uma educação de qualidade, conforme determina a Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Nesse sentido, é importante prever recursos que possibilitem a acessibilidade de conteúdo, o que supõe, além de profissionais qualificados, mobiliário e materiais didáticos e tecnológicos adequados e adaptados que viabilizem o acesso ao conhecimento e o atendimento a esse público. Para isso, quando forem identificados os estudantes com deficiência, o curso de

Especialização em Educação Profissional irá contar com o apoio do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (Napne) e da Assessoria Pedagógica (ASPE) dos *campi* onde será realizado o curso.

Outro aspecto a ser considerado se refere à concepção de acessibilidade atitudinal, que exige o preparo dos profissionais de educação para interagirem com essa parcela da população.

Tais estratégias visam à eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, curriculares e de comunicação, de modo a assegurar a inclusão educacional das pessoas com deficiência. Ou seja, a "não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência", além de atendimento pedagógico adequado (Decreto nº 7.611/2011, art. 1º, incisos I a VIII).

21. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), deverão representar a sistematização da reflexão teórico-prática, produzida a partir do olhar sobre a política e a ação docente na EPCT. Pode ser produzido no formato de artigo acadêmico, relatório da prática pedagógica docente, memorial descritivo, relato de experiência, projeto integrador, projeto de intervenção ou estudo de caso. A produção acadêmica será apresentada coletivamente, em um evento organizado com a finalidade de socializar as produções dos cursistas, que também serão submetidas a avaliação para publicação na revista do Instituto.

O resultado da avaliação do TCC será expresso por um dos seguintes conceitos:

I - aprovado – quando o trabalho apresentado for considerado satisfatório pela banca examinadora, atingindo a qualidade necessária para a obtenção do título de especialista;

II - reprovado – quando o trabalho apresentado for considerado insatisfatório pela banca examinadora, não atingindo a qualidade necessária para a obtenção do título de especialista.

A aprovação ou reprovação deverá ser baseada em avaliação individual, feita pelos membros da banca examinadora, conforme critérios definidos no Projeto Pedagógico do Curso.

Será considerado aprovado na defesa do trabalho final o candidato que obtiver aprovação da maioria dos integrantes da banca examinadora.

O estudante que obtiver conceito "aprovado" terá até 45 (quarenta e cinco) dias para

apresentar a versão final do TCC. Não respeitado esse prazo, o estudante não terá direito ao certificado.

Em caso de não elaboração do TCC, o aluno poderá vir a elaborá-lo, desde que haja um orientador disponível entre os professores que formam o corpo docente do curso;

Em caso de reprovação no TCC:

a) a banca examinadora deverá definir se o estudante poderá continuar com o mesmo tema anteriormente apresentado ou se será necessário mudar o tema na nova apresentação;

b) as atividades do TCC deverão ser iniciadas em até três meses após a divulgação da reprovação;

c) o TCC deverá ser concluído em até seis meses após o início da nova orientação.

22. CERTIFICAÇÃO

O(A) aluno(a) receberá o certificado de Especialista em Docência em Educação Profissional e Tecnológica após o cumprimento da frequência mínima estabelecida neste projeto, além de ser mister o cumprimento das atividades processuais e somativas que compõem a estrutura avaliativa do curso. Será franqueada a prorrogação de seis meses para a defesa do TCC a aqueles ou aquelas que fizerem a solicitação, obedecendo à legislação própria que orientará tal procedimento, sendo referida prorrogação submetida ao parecer do colegiado do curso.

23. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O IFPE, por meio da Coordenação do curso de Especialização em Docência em Educação Profissional e Tecnológica, alinhado com o Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE, aprovado pela Resolução IFPE/Consup n. 54 de 15 de dezembro de 2015, busca implementar formas de acompanhamento dos ex-estudantes do curso, na perspectiva de conhecer sobre sua atuação no IFPE e suas dificuldades acadêmicas. Assim, a Coordenação do curso de Especialização em Docência em Educação Profissional e Tecnológica providenciará, com a aplicação de questionários, um cadastro dos egressos do curso, constituindo-se um banco de dados que servirá de fonte para subsidiar mudanças que possam minimizar dificuldades encontradas no curso, bem como adequá-lo à realidade socioeconômica do local e da região,

além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem para a atualização e melhoria do curso.

Assim, de acordo com o art. 3° do Regulamento de Acompanhamento de Egressos do IFPE, publicado em 2015, o acompanhamento de egressos tem como aspectos prioritários a verificação da empregabilidade, a adequação da formação técnica recebida em diálogo com as exigências do mundo produtivo e a continuidade dos estudos após a conclusão do curso. Assim, o acompanhamento se constitui em um instrumento fundamental para que a Instituição observe de forma efetiva e contínua as experiências profissionais dos seus egressos e busque criar novas possibilidades de reflexão pedagógica, bem como fomentar um processo de formação continuada, além de apontar oportunidades de atuação em outros campos de sua competência profissional.

Nessa perspectiva, o curso de Especialização em Docência em Educação Profissional e Tecnológica realizará periodicamente encontros acadêmicos, para os quais convidará egressos para relatarem suas vivências no IFPE. Esses encontros são realizados de forma pontual, quando docentes convidam egressos para fazerem um relato de experiência nas aulas, ou de forma sistêmica, quando os egressos retornam à instituição como palestrantes em eventos promovidos pela coordenação e/ou discentes.

24. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Este Projeto Pedagógico do Curso avaliado a cada dois anos, considerando as referências presentes nos relatórios descritivos das experiências vivenciadas em cada período. Também será providenciada a atualização da legislação pertinente. A referida avaliação será tomada como parâmetro para a reedição do curso, respeitando-se a disponibilidade e a conveniência institucional.

BASE LEGAL DE APOIO

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 02.09.2014;

_____ . Lei n. 11.892, 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia e dá outras providências. **Diário Oficial [da]República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em 02.09.2014

_____ . Lei n. 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. Acesso em 02.09.2014;

_____ . Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2.º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 28 jul. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em 02.09.2014

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. IFPE **Regulamentação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* do IFPE.** Resolução n.90 de 09 de dez, 2013.

_____ . Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional técnica de nível médio / ensino médio. Documento-base de agosto de 2007.** Brasília-DF, 2007. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em 02.09.2014;

_____ . Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Formação inicial e continuada / ensino fundamental. Documento-base de agosto de 2007.** Brasília-DF, 2007b. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em 02.09.2014;

_____ . Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Programa Nacional de Integração da Educação da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos: formação inicial e continuada/ensino fundamental.** Brasília: Setec. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **IFRN PPGEP -Projeto de Criação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional – Nível: Mestrado em Educação Profissional,** Natal – RN, 2013.

EM BRANCO